

OceanPact Serviços Marítimos S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
OceanPact Serviços Marítimos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da OceanPact Serviços Marítimos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OceanPact Serviços Marítimos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da OceanPact Serviços Marítimos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Reconhecimento da receita de serviços prestados, afretamento e locação (“receita de serviços”)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas contabilizam receitas oriundas de prestação de serviços de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (equivalente à norma internacional IFRS 15 - “Revenue from Contracts with Customers”), considerando as seguintes etapas: (i) identificação do contrato; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação; e (v) reconhecimento da receita. Assim, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando (ou à medida que) as obrigações de desempenho são satisfeitas com base no estágio de conclusão do contrato. O processo também abrange a mensuração da receita a faturar, que é calculada com base em estimativas até a data do balanço, utilizando premissas específicas definidas pela Companhia.

Devido à relevância das receitas de serviços prestados e ao grau de julgamento aplicado pela Diretoria para mensuração da receita a faturar no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento das receitas de serviços, incluíram, entre outros: (i) entendimento e avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de reconhecimento de receita de serviços; (ii) teste, em base amostral, no qual concluímos sobre a ocorrência, acuracidade e competência por intermédio de inspeção de contratos, faturas e documentos de medição da prestação de serviços emitidos pela Companhia e aprovados pelos clientes; (iii) inspeção, em base amostral, da liquidação financeira dos respectivos recebíveis relacionados a essas receitas reconhecidas no exercício corrente; (iv) testes substantivos analíticos para avaliar a correlação de variáveis sobre a ocorrência, a integridade e a exatidão das receitas de serviços; (v) avaliação das premissas utilizadas no cálculo da receita a faturar, assegurando que foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes; e (vi) avaliação das divulgações realizadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15.

Com base nos procedimentos de auditoria planejados e efetuados, consideramos os valores contabilizados relativos às receitas de serviços prestados, afretamento e locação, bem como as respectivas divulgações efetuadas, adequados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

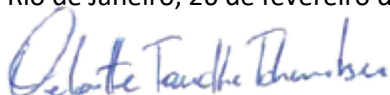
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

BALANÇO PATRIMONIAL**Exercícios findos em 31 de dezembro***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

ATIVO	Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	515.103	214.287	429.749	137.769
Títulos e valores mobiliários	5	18.609	42.186	14.443	39.757
Clientes	6	354.692	341.116	277.134	271.127
Estoques		5.024	4.942	2.712	3.205
Instrumentos financeiros derivativos	30	-	1.306	-	1.306
Dividendos a receber	11	-	-	16.986	35.020
Tributos a recuperar	7	79.739	51.099	51.068	21.941
Outros valores a receber	10	34.032	40.471	25.092	38.988
Ativo circulante		1.007.199	695.407	817.184	549.113
Títulos e valores mobiliários	5	10.017	7.286	1.390	-
Tributos a recuperar	7	-	4.935	-	-
Depósitos judiciais	8	7.115	6.665	6.795	5.862
Tributos diferidos	9	162.499	173.619	77.757	91.580
Outros valores a receber	10	58.278	38.737	47.952	27.296
Investimentos	11	-	-	1.293.967	1.038.056
Direito de uso	12	27.196	40.552	117.281	150.592
Imobilizado	13	1.742.640	1.401.747	470.768	343.844
Intangível	14	16.539	14.322	13.080	7.854
Ativo não circulante		2.024.284	1.687.863	2.028.990	1.665.084
TOTAL DO ATIVO		3.031.483	2.383.270	2.846.174	2.214.197

PASSIVO	Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Obrigações com pessoal	15	94.530	112.532	69.501	77.973
Fornecedores	16	103.375	110.712	65.495	95.706
Empréstimos e financiamentos	17.1	111.421	63.808	73.579	41.522
Debêntures a pagar	17.2	159.789	187.074	159.789	187.074
Credores por financiamento		5.418	9.199	2.058	2.204
Passivo de arrendamento	18	2.775	16.598	66.231	52.562
Tributos a recolher	19	31.113	30.048	22.919	23.228
Outras obrigações	20	45.642	35.020	34.806	19.222
Passivo circulante		554.063	564.991	494.378	499.491
Empréstimos e financiamentos	17.1	338.561	226.624	161.708	56.595
Debêntures a pagar	17.2	1.058.998	661.641	1.058.998	661.641
Credores por financiamento		4.772	9.374	4.772	6.831
Passivo de arrendamento	18	26.964	26.079	87.011	125.565
Empréstimos de partes relacionadas	22	-	-	32.095	51.443
Tributos a recolher	19	11.151	18.068	4.843	10.655
Tributos diferidos	9	1.454	1.044	-	-
Provisão para perda em investimentos	11	4	58	-	58
Outras obrigações	20	35.021	58.061	7.342	12.594
Provisão para riscos	21	6.227	28.961	759	955
Passivo não circulante		1.483.152	1.029.910	1.357.528	926.337
Capital social	23.1	803.663	803.663	803.663	803.663
Ações em tesouraria e plano de ações	22.1	700	(339)	700	(339)
Reservas de capital	23.2	88.443	87.231	88.443	87.231
Prejuízos acumulados	23.3	(85.094)	(69.496)	(85.094)	(69.496)
Ajuste de avaliação patrimonial - Hedge		-	862	-	862
Outros resultados abrangentes	23.5	186.556	(33.552)	186.556	(33.552)
Patrimônio líquido		994.268	788.369	994.268	788.369
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.031.483	2.383.270	2.846.174	2.214.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida	24	1.721.058	1.648.883	1.321.359	1.233.228
Custo dos serviços	26	(1.259.143)	(1.273.209)	(880.275)	(902.516)
Lucro bruto		461.915	375.674	441.084	330.712
Despesas gerais e administrativas	26	(190.563)	(167.327)	(137.120)	(99.681)
Equivalência patrimonial	11.1	-	76	(58.557)	42.501
Provisão para perda no valor de recuperação de investimentos	11	-	(5.650)	-	(5.650)
Outras receitas e despesas operacionais	27	8.159	72.471	(13.735)	(19.648)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		279.511	275.244	231.672	248.234
Receitas financeiras	28	61.784	98.040	41.417	38.853
Despesas financeiras	28	(329.769)	(248.890)	(262.680)	(201.642)
Resultado financeiro		(267.985)	(150.850)	(221.263)	(162.789)
Lucro antes dos impostos		11.526	124.394	10.409	85.445
Imposto de renda e contribuição social corrente	29	(19.000)	(52.965)	(11.168)	(26.715)
Imposto de renda e contribuição social diferido	29	(8.124)	1.886	(14.838)	14.585
Tributos sobre o lucro		(27.124)	(51.079)	(26.006)	(12.130)
Lucro (prejuízo) do exercício		(15.598)	73.315	(15.598)	73.315
Resultado básico por ação (em R\$)	23.4	(0,0786)	0,3701	(0,0786)	0,3701
Resultado diluído por ação (em R\$)	23.4	(0,0779)	0,3681	(0,0779)	0,3681

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) do exercício		(15.598)	73.315	(15.598)	73.315
Efeitos cambiais sobre conversão de investimento no exterior	23.5	220.108	(48.268)	220.108	(48.268)
Resultado com instrumentos financeiros designados como "hedge accounting"	30	(1.306)	(6.731)	(1.306)	(6.731)
Tributos diferidos sobre "hedge"	30	444	2.289	444	2.289
Resultado abrangente do exercício		203.648	20.605	203.648	20.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findo em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Ações em tesouraria e plano de ações	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		803.663	(802)	83.589	(142.811)	20.020	763.659
Concessão de ações	22.1	-	463	-	-	-	463
Ágio na concessão de ações		-	-	3.642	-	-	3.642
Lucro do exercício	23.3	-	-	-	73.315	-	73.315
Outros resultados abrangentes	23.5	-	-	-	-	(52.710)	(52.710)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		803.663	(339)	87.231	(69.496)	(32.690)	788.369
Concessão/recompra de ações	22.1	-	1.039	-	-	-	1.039
Ágio na concessão de ações	23.2	-	-	1.212	-	-	1.212
Prejuízo do exercício	23.3	-	-	-	(15.598)	-	(15.598)
Outros resultados abrangentes	23.5	-	-	-	-	219.246	219.246
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		803.663	700	88.443	(85.094)	186.556	994.268

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2024	2023	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) do exercício		(15.598)	73.315	(15.598)	73.315
Ajustados por:					
Depreciação e amortização	26	259.386	247.806	132.517	142.044
Imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado	29	27.124	51.079	26.006	12.130
Resultado de equivalência patrimonial	11.1	-	(76)	58.558	(42.501)
Resultado financeiro, líquido	28	272.145	169.434	227.918	172.660
Provisão para riscos	21	(22.734)	(1.099)	(196)	(774)
Ganho na alienação de imobilizado	27	(2.276)	(4.678)	(2.289)	1.164
Ganho na compra vantajosa		-	(3.656)	-	(1.804)
Provisão para multas contratuais	27	(13.720)	3.622	423	3.666
Provisão Concessões Plano RSU		7.907	-	7.907	-
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	6	556	604	593	319
Provisão para bônus e PLR		26.701	24.165	20.880	15.686
Provisão para alienação de investimento		-	5.650	-	5.650
Perda na baixa de arrendamento		-	(4.554)	-	(4.467)
Outros ajustes ao lucro		6.622	(5.710)	5.353	3.727
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Clientes	6	(14.132)	(66.953)	(16.748)	(96.503)
Estoque		(82)	1.740	493	1.270
Tributos a recuperar	7	(20.299)	(30.993)	(30.142)	(7.661)
Depósitos judiciais	8	(450)	220	(933)	(406)
Outros valores a receber	10	(11.796)	(23.575)	(5.454)	(9.188)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Obrigações com pessoal	15	(44.703)	47.798	(29.352)	38.925
Fornecedores	16	(20.757)	1.982	(17.006)	51.295
Tributos a recolher	19	(13.267)	25.809	(11.766)	8.373
Outras obrigações	20	16.300	10.200	9.909	18.621
Caixa gerado pelas operações		436.926	522.130	361.073	385.541
Juros pagos - empréstimos e financiamentos e debêntures	17	(161.530)	(167.065)	(153.934)	(157.531)
Juros pagos - arrendamentos	17	(5.190)	(8.144)	(20.933)	(14.625)
IRPJ e CSLL pagos		(11.585)	(24.965)	(5.523)	(4.232)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		258.621	321.956	180.683	209.153
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aporte de capital investidas	11	-	(81)	(98.376)	(165.306)
Empréstimos liquidados pelas partes relacionadas		-	-	(9.200)	-
Aplicações/Resgate em títulos e valores mobiliários	5	20.846	22.283	23.924	24.075
Recebimento de dividendos (*)	11	-	6.788	-	8.089
Adições de ativos fixos	13 e 14	(400.841)	(305.400)	(219.957))	(85.099)
Aquisição de investimentos		-	(11.000)	-	-
Caixa recebido na aquisição de investimento		-	8.861	-	-
Caixa recebido (transferido) da alienação de investimento, líquido		-	(1.134)	-	-
Caixa recebido na alienação de imobilizado		9.034	867	9.034	420
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(370.961)	(278.816)	(294.575)	(217.821)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos custos	17	946.437	681.743	946.437	681.743
Recompra de ações	23.6	(7.789)	-	(7.789)	-
Pagamentos de empréstimos, debêntures e financiamentos	17	(513.696)	(569.458)	(488.978)	(545.268)
Pagamentos de arrendamentos	18	(18.351)	(24.435)	(43.798)	(51.346)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		406.601	87.850	405.872	85.129
Variação cambial sobre caixa e equivalentes		6.555	(954)	-	-
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		300.816	130.036	291.980	76.461
Caixa e equivalentes de caixa					
Saldo inicial		214.287	84.251	137.769	61.308
Saldo final		515.103	214.287	429.749	137.769
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		300.816	130.036	291.980	76.461

(*) A companhia classifica dividendos recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimentos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
RECEITAS		1.945.067	1.947.151	1.480.536	1.378.216
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	24	1.929.740	1.845.821	1.478.840	1.371.941
Outras receitas		15.883	101.403	2.289	6.594
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(556)	(73)	(593)	(319)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(561.305)	(541.675)	(353.409)	(343.617)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(243.846)	(253.384)	(143.241)	(148.507)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(317.459)	(288.291)	(210.168)	(195.110)
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.383.762	1.405.476	1.127.127	1.034.599
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	26	(259.952)	(247.806)	(130.598)	(142.044)
Provisão para perda no valor de recuperação de investimentos	11	-	(5.650)	-	(5.650)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		1.123.810	1.152.020	996.529	886.905
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		61.784	98.116	(17.140)	81.354
Resultado de equivalência patrimonial	11.1	-	76	(58.557)	42.501
Receitas financeiras	28	61.784	98.040	41.417	38.853
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.185.594	1.250.136	979.389	968.259
Pessoal		513.659	570.074	363.718	383.909
– Remuneração direta		403.436	469.057	284.492	315.544
– Benefícios		80.737	72.399	58.314	49.009
– F.G.T.S		29.486	28.618	20.912	19.356
Impostos, taxas e contribuições		284.016	195.700	222.945	118.596
– Federais		256.156	167.792	200.795	101.713
– Municipais		27.860	27.908	22.150	16.883
Remuneração de capitais de terceiros		403.517	411.047	408.324	392.439
– Juros		188.225	189.050	200.739	188.387
– Aluguéis	26	66.005	133.201	129.617	164.555
– Variação Cambial	28	127.878	48.265	52.078	4.757
– Outras		21.409	40.531	25.890	34.740
Remuneração de Capitais Próprios		(15.598)	73.315	(15.598)	73.315
– Lucros retidos / Prejuízo do exercício		(15.598)	73.315	(15.598)	73.315
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1.185.594	1.250.136	979.389	968.259

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A OceanPact Serviços Marítimos S.A. (“Companhia”, e, em conjunto com suas controladas, “OceanPact”) é uma sociedade anônima de capital aberto que foi constituída em 21 de setembro de 2007, com sede no Rio de Janeiro – RJ e está registrada na bolsa de valores de São Paulo – B3 S.A. sob o código OPCT3.

A OceanPact é uma das principais prestadoras de serviços em ambiente marinho do Brasil, oferecendo serviços para estudo, proteção, monitoramento e uso sustentável do mar, do litoral e dos recursos marinhos, principalmente no setor de óleo e gás, e em diversos outros setores da economia, como portuário, navegação, mineração, energia e telecomunicações. Com grandes inventários de equipamentos de prevenção e combate a derramamentos no mar e de coleta de dados oceanográficos, a OceanPact possui atualmente uma frota de 28 embarcações, mesma frota que possuía em 31 de dezembro de 2023, capaz de atender as mais diversas demandas de seus clientes. As operações da OceanPact são divididas em dois segmentos denominados (i) Embarcações, e (ii) Serviços, compreendendo três áreas de atuação, quais sejam:

- (i) Ambiental, que inclui serviços de proteção ambiental, levantamentos oceanográficos, licenciamentos e estudos ambientais, segurança operacional e remediação ambiental.
- (ii) Subsea, que inclui serviços de geofísica, geotecnia, inspeção, reparo e manutenção, suporte à construção e descomissionamento.
- (iii) Logística e Engenharia, que inclui serviços de logística marítima, bases de apoio offshore, engenharia portuária e costeira.

A Companhia e algumas de suas investidas estão sujeitas à regulação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e cumpre com os requerimentos operacionais aplicáveis.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2025.

2.2. Demonstrações do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e dos valores justos alocados nas combinações de negócios. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.4. Normas e interpretações novas e revisadas

As normas revisadas apresentadas a seguir passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 e, portanto, estão sendo adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A adoção dessas alterações de normas não resultou impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Norma ou interpretação	Descrição
Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1	Classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante.
Alterações ao CPC 03 (R2)/IAS 7 E CPC 40 (R1)/IAS 7	Acordos de financiamento de fornecedores.
Alterações à IAS 21	Falta de Conversabilidade
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): DVA	Elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.
Alterações ao CPC 06 (R2)/IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “sale and leaseback”

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

Na data de autorização destas informações financeiras, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória, apresentadas a seguir.

Norma ou interpretação	Descrição
IFRS 18	A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.
IFRS 7	A IFRS 7 incluirá novas exigências de divulgação relacionadas à contabilidade de hedge.
IFRS 9	A IFRS 9 terá com foco na revisão das regras de classificação de ativos e passivos financeiros.
IFRS S1	Estabelece diretrizes para que as empresas relatem informações de sustentabilidade de forma clara e consistente.
IFRS S2	Divulgação dos riscos associados às mudanças climáticas, incentivando as empresas a avaliar e comunicar como esses riscos impactam suas operações e resultados financeiros.

Não é esperado que a adoção das normas listadas acima tenha impacto relevante sobre as informações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em períodos futuros, com exceção da nova norma emitida pelo IASB publicada no dia 9 de abril de 2024, IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, que irá substituir o CPC 26 (R1)/IAS 1. Essa norma será obrigatória a partir de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, e a Companhia iniciará os estudos da norma e as análises dos impactos para os próximos fechamentos e espera-se que haja impactos na preparação das demonstrações financeiras do resultado. Ademais, as normas IFRS S1 e IFRS S2 também impactarão a Companhia, exigindo adaptações nos processos de reporte e divulgação das informações financeiras.

2.5. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras da Companhia refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas (“subsidiárias”). Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Denominação	31/12/24			31/12/23		
	Tipo	% Participação		Tipo	% Participação	
	Investimento	Direta	Indireta	Investimento	Direta	Indireta
1. EnvironPact Consultoria	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
1.1. EnvironPact Sustentabilidade	controle indireto	26%	74%	controle indireto	26%	74%
2. OceanPact Navegação	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
3. Marau	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
4. OceanPact Geociências	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
5. OML	controle indireto	50%	50%	controle indireto	50%	50%
6. OceanPact Netherlands	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
7. OceanPact International	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
7.1. Cod Hole	controle indireto	-	99%	controle indireto	-	99%
7.2. OPTN	controle indireto	-	99%	controle indireto	-	99%
8. OceanPact Mexico	controle conjunto	50%	-	controle conjunto	50%	-
9. SLI	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
10. OceanPact Logística	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
11. UP Apoio (a)	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
12. Agriex (a)	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-

(a) Determinadas em conjunto como Grupo UP.

2.6. Moedas funcionais e moeda de apresentação

A moeda funcional da Controladora e de suas controladas no Brasil é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As moedas funcionais das controladas diretas que atuam em ambiente econômico internacional estão apresentadas no quadro abaixo.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, com moeda funcional distinta da Controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica. As variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis, equivalente à norma internacional IAS 21.

Moedas funcionais das investidas da Companhia

Empresa	Moeda funcional
OceanPact Netherlands	Dólar americano
OceanPact International	Dólar americano
Cod Hole	Dólar americano
OceanPact Technology Norway ("OTN")	Coroa norueguesa
OceanPact Maritime Ltd. ("OML")	Dólar americano
OceanPact Mexico	Peso mexicano

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Caixa e bancos	849	88	770	61
Caixa e bancos (moeda estrangeira)	17.575	8.911	1	6
Aplicações financeiras (*)	496.679	205.288	428.978	137.702
Total	515.103	214.287	429.749	137.769

(*) Aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata compostas por Certificados de Depósitos Bancários – CDB pós-fixados, com rendimento médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de 100% do CDI na controladora e no consolidado (no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de 101% do CDI para fins de controladora e 101% consolidado).

Política contábil

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Garantia debêntures – Banco Bradesco	-	32.373	-	32.373
Garantia BNDES – Banco Itaú (a)	11.502	9.715	-	-
Garantia CEF (b)	2.800	4.900	2.800	4.900
Projetos de PD&I (c)	14.324	2.484	13.023	2.484
Total	28.626	49.472	15.833	39.757
Circulante	18.609	42.186	14.443	39.757
Não circulante	10.017	7.286	1.390	-

As aplicações financeiras da Companhia classificadas como títulos e valores mobiliários tem o mesmo lastro e patamar de retorno das aplicações financeiras da Companhia:

- (a) A garantia firmada com o BNDES representa a exigência de manutenção de valor correspondente a no mínimo quatro meses da dívida da controlada OceanPact Navegação, incluindo principal e juros, em conta centralizadora.
- (b) A garantia firmada com a Caixa Econômica Federal, exige que seja mantido valor correspondente a no mínimo 15% do saldo devedor, incluindo principal e juros, em conta centralizadora.
- (c) Os recursos referem-se a acordos de parceria com os clientes Karoon, Qatar, Petrobras e Repsol para projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).

Para maiores informações acerca dos financiamentos aqui mencionados, verificar nota explicativa nº 17.1.

6. CLIENTES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Clientes a vencer	349.029	334.774	267.685	258.381
Clientes vencidos	14.916	15.039	13.786	10.686
Partes Relacionadas (nota nº 22)	-	-	3.985	9.789
Provisão para perda	(9.253)	(8.697)	(8.322)	(7.729)
Total	354.692	341.116	277.134	271.127

Os saldos vencidos em 31 de dezembro de 2024 possuem a composição apresentada a seguir, por idade de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Até 90 dias	4.188	6.145	4.122	2.908
De 91 a 360 dias	2.024	660	1.781	601
Mais de 360 dias	8.704	8.234	7.883	7.177
Total saldos vencidos	14.916	15.039	13.786	10.686

A seguir apresentamos a movimentação da provisão para perda nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31/12/22	8.624	7.410
Provisões	1.622	748
Reversões por baixa	(751)	(429)
Alienação Servmar	(798)	-
Saldo em 31/12/23	8.624	7.410
Provisões	1.224	1.224
Reversões por baixa	(668)	(631)
Saldo em 31/12/24	9.253	8.322

Política contábil

As contas a receber são registradas pelo valor dos serviços prestados, incluindo os respectivos tributos diretos de responsabilidade da Companhia e suas controladas, menos os tributos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários (quando aplicável).

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para mensurar as perdas de crédito esperadas, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para todo o saldo de contas a receber. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão com base no histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

Estimativas e premissas contábeis significativas

Cálculo da provisão para perdas – Ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas usam informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A provisão de perda é uma estimativa resultante pela de inadimplência de pagamentos. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da perda de crédito esperada. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

Aumento significativo no risco de crédito impacta a perda de crédito esperada. Ao avaliar se o risco de crédito de um ativo aumentou significativamente, a Companhia e suas controladas levam em consideração informações acerca do futuro qualitativas e quantitativas razoáveis e comprováveis.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Consolidado		Controladora	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
IRPJ e CSLL (a)	69.121	40.472	45.302	17.993
PIS e COFINS a recuperar	4.289	3.859	1.898	514
Tributos retidos por clientes (b)	5.002	5.003	3.689	3.045
INSS - Discussão judicial	-	4.935	-	-
Outros tributos a recuperar	1.327	1.765	179	389
Total	79.739	56.034	51.068	21.941
Circulante	79.739	51.099	51.068	21.941
Não circulante	-	4.935	-	-

- (a) Os saldos de IRPJ e CSLL, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 referem-se, principalmente, a saldos negativos de impostos, compostos por valores retidos na fonte de clientes, e que deverão ser compensados no decorrer dos próximos meses com outros tributos federais.
- (b) Tributos retidos por terceiros compreendem, principalmente a IR, CSLL e INSS retido por terceiros quando da contratação para prestação de serviços.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Processos trabalhistas	4.370	4.502	4.050	3.699
Processos tributários	2.745	2.163	2.745	2.163
Total	7.115	6.665	6.795	5.862

Além do saldo apresentado acima, a Companhia possui R\$25.534 de garantias para processos judiciais referentes a discussão sobre o recolhimento de ISS. Esse montante é apresentado líquido da contrapartida de um passivo no mesmo valor, na rubrica ISS a recolher. Após a aquisição do Grupo UP, com base no entendimento pacífico dos tribunais quanto a não incidência de ISS nos contratos de afretamento celebrados pelas empresas brasileiras de navegação, a Companhia deixou de emitir notas fiscais para cobrar o afretamento, e consequentemente não segue acumulando esse imposto a recolher e o respectivo depósito judicial. A Companhia segue atuando junto aos advogados nesse processo e aguarda desfecho favorável do processo judicial para que possa levantar os valores depositados.

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Tributos diferidos ativos				
Imposto de renda	116.159	125.406	55.679	66.285
Contribuição social	45.190	47.597	20.938	24.724
Outros tributos (*)	1.150	616	1.140	571
Total	162.499	173.619	77.757	91.580
Tributos diferidos passivos				
Imposto de renda	1.454	1.044	-	-
Total	1.454	1.044	-	-

- (*) Referente a PIS e COFINS sobre a amortização e juros dos arrendamentos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos acumulados no ativo e passivo são compostos conforme apresentado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Variação cambial líquida (*)	65.644	36.677	10.212	(188)
Impostos exigibilidade suspensa	761	761	761	761
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	52.047	56.886	22.841	27.703
Provisões	43.809	77.713	28.980	49.832
Valor justo mais valia	(8.940)	(2.359)	1.992	4.230
Arrendamento mercantil	22.948	16.431	13.872	11.076
Depreciação acelerada para fins fiscais	(17.955)	(14.622)	-	-
Ganho por compra vantajosa	(1.219)	(1.110)	(1.219)	(1.110)
"Hedge" e ajuste a valor presente	-	(444)	-	(444)
Outros efeitos pulverizados	2.800	2.026	(313)	(851)
IRPJ e CSLL diferidos ativo (passivo), líquido	159.895	171.959	77.125	91.009

(*) Refere-se à variação cambial tributada pelo regime caixa.

Com base na expectativa de realização efetuada pela Administração, os tributos diferidos ativos reconhecidos em 31 de dezembro de 2024 na controladora e no consolidado, serão realizados conforme demonstrado a seguir:

Ano	Consolidado	Controladora
2025	75.547	44.172
2026	36.342	18.296
2027	25.334	6.514
Após 2028	23.822	8.776
Total IRPJ e CSLL diferidos ativo líquido	161.045	77.757

O total consolidado de impostos fiscais diferidos provenientes de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social é apresentado abaixo:

	31/12/24	31/12/23
OceanPact Serviços	22.841	27.703
Grupo UP	39.700	36.650
OceanPact Geociências	15.997	5.833
SLI	8.448	8.243
Maraú	9.141	3.999
OceanPact Logística	418	315
Saldo de impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	96.545	82.743
OceanPact Serviços	22.841	27.703
Grupo UP	29.206	29.183
Total reconhecido de impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	52.047	56.886

Os valores reconhecidos contabilmente refletem o percentual de alíquota efetiva apurada. Nos casos que estão registrados valores a menor que o previsto, avaliou-se a expectativa de realização pela Administração da Companhia, chegando-se ao entendimento que havia baixa expectativa de realização dos valores envolvidos. Para o reconhecimento, levou-se em conta as seguintes premissas:

- Dólar e Selic conforme projeções Boletim Focus.
- Receita: diárias já contratadas com clientes e utilização de diárias padrão atuais para contratos futuros.
- Taxa de ocupação: média ponderada considerando docagens, "downtime" padrão e ociosidade comercial entre contratos.
- Custos e Despesas: atualizado conforme crescimento esperado para a Companhia nos próximos exercícios.
- Depreciação: considera vida útil dos ativos existentes e adição de capex de manutenção recorrente padrão de novas docagens projetadas.
- Resultado financeiro: amortizações das dívidas atuais nos prazos contratados, e novas captações nas mesmas condições das atuais para cobrir necessidade de caixa mantendo caixa mínimo considerado seguro.

Com base na expectativa de realização efetuada pela Administração, os tributos diferidos ativos, decorrentes de prejuízo fiscal, reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 na controladora e no consolidado, serão realizados conforme demonstrativo a seguir:

Ano	Consolidado	Controladora
2025	16.007	11.059
2026	21.090	11.782
2027	10.082	-
Após 2028	4.869	-
Total	52.047	22.841

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

imposto de renda e contribuição social diferidos – O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante do reconhecimento inicial de ágio.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

Adicionalmente aos prejuízos fiscais e base negativa, o prazo de recuperação do IR diferido sobre variações cambiais dependem das variações futuras do câmbio e os prazos de amortização final dos fluxos das dívidas em moeda estrangeira. Já as demais rubricas, sendo a mais relevante as diferenças temporárias sobre provisões, possuem expectativa de realização no curto prazo.

10. OUTROS VALORES A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Adiantamentos a fornecedores	7.332	10.281	5.587	12.090
Compartilhamento de despesas (nota explicativa nº 22.2)	-	-	4.448	2.555
Despesas antecipadas com seguros (a)	14.187	9.774	7.251	5.302
Outras despesas antecipadas (b)	5.765	9.714	4.329	8.276
Valores a receber alienação Servmar (d)	1.798	2.394	1.798	2.394
Outros valores a receber - partes relacionadas (nota explicativa nº 21.2)	-	-	66	4.293

	Consolidado		Controladora	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Importações em andamento	323	4.192	271	3.125
Valores a receber alienação de imobilizado	133	153	130	153
Outros valores a receber	4.494	3.963	1.212	800
Total Circulante	34.032	40.471	25.092	38.988
Despesas antecipadas com seguros (a)	2.569	4	1.142	4
Outras despesas antecipadas (b)	213	274	114	273
Valores a receber alienação Servmar (d)	-	512	-	512
Retenções contratuais – clientes (c)	54.824	36.265	39.566	26.029
Outros valores a receber	672	1.682	7.130	478
Total Não Circulante	58.278	38.737	47.952	27.296

- (a) As despesas com seguros são apropriadas com base no regime de competência e são renovadas anualmente com base no demonstrado na nota explicativa nº 31.
- (b) Referem-se principalmente a custos aduaneiros, custos de fee com Itaú antecipado referente a possível captação com o Fundo da Marinha Mercante - FMM, além de benefícios pagos antecipadamente (vale refeição, vale transporte e férias).
- (c) Refere-se, principalmente, a retenções realizadas por clientes. Os termos definidos em determinados contratos com clientes estabelecem que uma parte do valor faturado sobre serviços prestados é retido por estes como uma medida protetiva para eventuais questionamentos e, após um período a depender dos prazos contratuais, tais valores são devolvidos à Companhia.
- (d) Refere-se às parcelas em aberto do preço de venda da antiga controlada.

11. INVESTIMENTOS E PROVISÃO PARA PERDA EM INVESTIMENTOS

11.1. As movimentações nos saldos das investidas estão demonstradas a seguir:

Investidas	31/12/23	Ágio rentabilidade futura	AVJ	Controladora			31/12/24
				Aporte (redução) de capital	Ajuste de conversão	Equivalência patrimonial	
OceanPact Navegação	55.847	-	-	-	-	(24.711)	31.136
OceanPact International	48.344	-	-	765	11.621	(8.408)	52.322
EnvironPact Consultoria	16.702	-	-	-	-	5.186	21.888
OceanPact Geociências	81.635	(219)	-	57.200	5.579	(43.024)	101.171
EnvironPact Sustentabilidade	6.853	-	-	-	-	2.782	9.635
OceanPact Netherlands	638.588	-	-	(37.137)	197.566	8.430	807.444
Maraú	34.676	-	-	21.215	-	(7.165)	48.726
SLI	1.106	-	-	2.807	-	(421)	3.492
OML	19.760	-	-	-	5.579	(648)	24.691
OceanPact México	(58)	-	-	292	(238)	-	(4)
OceanPact Logística	2.981	-	-	-	-	(57)	2.924
Atmosmarine	918	-	269	900	-	-	2.087
Grupo UP	130.646	-	-	48.327	-	9.478	188.451
Total	1.037.998	(219)	269	94.369	220.108	(58.558)	1.293.963
Investimentos							1.293.967
Provisão para perda em investimento							(4)

Investidas	Controladora						31/12/23
	31/12/22	Reorganizações	Aporte de capital	Ajuste de conversão	Equivalência patrimonial	Dividendos	
OceanPact Navegação	40.236	-	-	-	15.611	-	55.847
OceanPact International	56.578	-	5.785	(3.587)	(10.432)	-	48.344
EnvironPact Consultoria	3.714	-	11.050	-	7.924	(5.986)	16.702
OceanPact Uruguay	5	(5)	-	-	-	-	-
OceanPact Geociências	91.942	-	-	(1.482)	(8.825)	-	81.635
EnvironPact Sustentabilidade	3.170	1.804	-	-	3.179	(1.300)	6.853
Servmar	(1.259)	2.385	1.850	-	(2.976)	-	-
OceanPact Netherlands	602.270	-	87.071	(42.018)	(8.735)	-	638.588
Maraú	40.266	-	5.250	-	(10.840)	-	34.676
SLP/SLI	(657)	-	454	-	1.309	-	1.106
OML	20.931	-	-	(1.474)	303	-	19.760
OceanPact México	(302)	-	(49)	293	-	-	(58)
OceanPact Logística	3.295	-	833	-	(1.147)	-	2.981
Atmosmarine	-	-	918	-	-	-	918
Grupo UP	76.966	-	46.550	-	57.130	(50.000)	130.646
Total	937.155	4.184	159.712	(48.268)	42.501	(57.286)	1.037.998
Investimentos							1.038.056
Provisão para perda em investimento							(58)

O quadro a seguir concilia as informações financeiras das investidas diretas da Companhia com os saldos dos investimentos e provisão para perda em investimentos da controladora.

Em 31 de dezembro de 2024	Controladora							Total
	PL investida	% Participação direta	Subtotal	Mais valia - ganho remensuração	Mais valia - aquisição participação	Capitalização dos juros	Outros efeitos	
OceanPact Navegação	28.888	100,00%	28.888	-	-	2.247	-	31.136
OceanPact International	50.663	100,00%	50.663	1.660	-	-	-	52.322
EnvironPact Consultoria	21.888	100,00%	21.888	-	-	-	-	21.888
OceanPact Geociências	101.043	100,00%	101.043	-	-	-	-	101.043
EnvironPact Sustentabilidade	30.118	26,00%	7.831	1.804	-	-	-	9.635
OceanPact Netherlands	809.851	100,00%	809.851	-	-	-	(96)	809.755
Maraú	29.726	100,00%	48.726	-	-	-	-	48.726
SLI	686	100,00%	3.493	-	-	-	-	3.493
OML	49.381	50,00%	24.690	-	-	-	-	24.690
OceanPact México	(67)	50,00%	(33)	-	-	-	29	(4)
OceanPact Logística	2.924	100,00%	2.924	-	-	-	-	2.924
Grupo UP	177.763	100,00%	177.763	-	10.702	-	(110)	188.355
								1.293.963

Em 31 de dezembro de 2023	PL investida	% Participação direta	Subtotal	Controladora					
				Mais valia - ganho remensuração	Mais valia - aquisição participação	Capitalização dos juros	Ágio	Outros efeitos	Total
OceanPact Navegação	53.395	100,0%	53.395	-	-	2.452	-	-	55.847
OceanPact International	46.690	100,0%	46.690	1.660	-	-	-	(6)	48.344
EnvironPact Consultoria	16.702	100,0%	16.702	-	-	-	-	-	16.702
OceanPact Geociências	81.053	100,0%	81.053	482	(119)	-	219	-	81.635
EnvironPact Sustentabilidade	19.419	26,0%	5.049	1.804	-	-	-	-	6.853
OceanPact Netherlands	638.668	100,0%	638.668	-	-	-	-	(80)	638.588
Maraú	34.676	100,0%	34.676	-	-	-	-	-	34.676
SLP/SLI	967	100,0%	967	-	139	-	-	-	1.106
OML	39.523	50,0%	19.762	-	-	-	-	(2)	19.760
OceanPact México	328	50,0%	164	-	-	-	-	(222)	(58)
OceanPact Logística	2.981	100,0%	2.981	-	-	-	-	-	2.981
Grupo UP	126.911	100,0%	126.911	-	3.735	-	-	-	130.646
Total									1.037.080

O quadro a seguir concilia as informações financeiras das investidas diretas da Companhia com os saldos do resultado de equivalência patrimonial da controladora.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	Lucro (prejuízo) da investida	% participação direta	Subtotal	Controladora			
				Amortização de mais valia	Amortização dos juros capitalizados	Outros efeitos	Total resultado de equivalência
OceanPact Navegação	(24.507)	100,0%	(24.507)	-	(204)	-	(24.711)
OceanPact International	(7.424)	100,0%	(7.424)	-	-	-	(7.424)
EnvironPact Consultoria	5.186	100,0%	5.186	-	-	-	5.186
OceanPact Geociências	(42.789)	100,0%	(42.789)	(234)	-	-	(43.023)
EnvironPact Sustentabilidade	10.699	26,0%	2.782	-	-	-	2.782
OceanPact Netherlands	8.431	100,0%	8.431	-	-	-	8.431
Maraú	(7.165)	100,0%	(7.165)	-	-	-	(7.165)
SLI	(281)	100,0%	(281)	(135)	-	-	(416)
OML	(1.192)	50,0%	(596)	-	-	-	(596)
OceanPact Logística	(57)	100,00%	(57)	-	-	-	(57)
Grupo UP	2.254	100,00%	2.254	6.181	-	-	8.435
Total							(58.558)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	Lucro (prejuízo) da investida	% participação direta	Subtotal	Controladora			
				Amortização de mais valia	Amortização dos juros capitalizados	Outros efeitos	Total resultado de equivalência
OceanPact Navegação	15.816	100,0%	15.816	-	(205)	-	15.611
OceanPact International	(10.379)	100,0%	(10.379)	-	-	(53)	(10.432)
EnvironPact Consultoria	7.924	100,0%	7.924	-	-	-	7.924
OceanPact Geociências	(8.591)	100,0%	(8.591)	(234)	-	-	(8.825)
EnvironPact Sustentabilidade	12.225	26,0%	3.179	-	-	-	3.179
OceanPact Netherlands	(9.054)	100,0%	(9.054)	-	-	319	(8.735)
Maraú	(10.840)	100,0%	(10.840)	-	-	(11)	(10.840)
Servmar	(2.924)	100,0%	(2.924)	(52)	-	-	(2.976)
SLP/SLI	1.833	100,0%	1.833	(205)	-	(319)	1.309
OML	333	50,0%	167	-	-	136	303
OceanPact Logística	(1.147)	100,0%	(1.147)	-	-	-	(1.147)
Grupo UP	60.314	100,0%	60.314	(3.184)	-	-	57.130
Total							42.501

12. DIREITO DE USO

A Companhia possui contratos de arrendamento de imóveis de terceiros e embarcações, totalizando 8 contratos vigentes firmados pela Companhia e por suas controladas em 31 de dezembro de 2024, no consolidado. Vide nota explicativa nº 18 para maiores informações acerca dos contratos.

As taxas de amortização anuais utilizadas pela Companhia e suas controladas estão considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi identificada necessidade de constituição de provisão para perda nos ativos desta natureza.

	Consolidado					31/12/24
	31/12/23	Adições	Baixas	Ajuste de conversão	Ajuste Remensuração	
Direito de uso						
Imóveis	31.290	2.846	(1.405)	-	498	33.229
Máquinas e equipamentos	3.363	-	-	764	-	4.127
Embarcações	20.742	-	-	4.895	-	25.637
Subtotal	55.395	2.846	(1.405)	5.659	498	62.993
Amortização acumulada						
Imóveis	(9.799)	(3.816)	1.405	-	-	(12.210)
Máquinas e equipamentos	(660)	(420)	-	(72)	-	(1.152)
Embarcações	(4.384)	(14.645)	-	(3.406)	-	(22.435)
Subtotal	(14.843)	(18.881)	1.405	(3.478)	-	(35.797)
Total líquido	40.552	(16.035)	-	2.181	498	27.196

	Consolidado						31/12/23
	31/12/22	Combinação de negócio	Adições	Baixas (*)	Ajuste de Conversão	Alienação Servmar	
Direito de uso							
Imóveis	38.797	1.147	923	(7.869)	-	(1.708)	31.290
Máquinas e equipamentos	3.625	-	-	-	(262)	-	3.363
Embarcações	166.137	-	16.932	(149.180)	(13.147)	-	20.742
Subtotal	208.559	1.147	17.855	(157.049)	(13.409)	(1.708)	55.395
Amortização acumulada							
Imóveis	(10.600)	(749)	(4.141)	4.458	-	1.233	(9.799)
Máquinas e equipamentos	(304)	-	(389)	-	33	-	(660)
Embarcações	(53.708)	-	(19.907)	65.896	3.335	-	(4.384)
Subtotal	(64.612)	(749)	(24.437)	70.354	3.368	1.233	(14.843)
Total líquido	143.947	398	(6.582)	(86.695)	(10.041)	(475)	40.552

(*) Refere-se, principalmente, à baixa do direito de uso das embarcações Rochedo de São Pedro e Rochedo de São Paulo, que foram adquiridas em julho de 2023, mediante o pagamento da opção de compra de, aproximadamente, R\$42 milhões cada uma.

	Controladora					
	31/12/22	Adições/ Remensuração (*)	Baixas	31/12/23	Adições/ Remensuração	Baixas 31/12/24
Direito de uso						
Imóveis	35.016		(7.150)	27.866	2.846	(596)
Embarcações	115.696	128.646	(97.782)	146.560	13.169	(801)
Subtotal	150.712	128.646	(104.932)	174.426	16.015	(1.397)
Amortização acumulada						
Imóveis	(8.084)	(3.292)	3.872	(7.504)	(2.812)	596
Embarcações	(66.625)	(41.487)	97.782	(16.330)	(46.514)	801
Subtotal	(74.709)	(50.779)	101.654	(23.834)	(49.326)	1.397
Total líquido	76.003	77.867	(3.278)	150.592	(33.311)	-

(*) Refere-se à remensuração do contrato de arrendamento das embarcações Parcel dos Reis, Parcel do Bandolim, Parcel das Paredes, Parcel de Manuel Luís e Ilha das Flechas, decorrente da mudança no prazo e fluxos de pagamentos com a OceanPact Netherlands. De acordo com os requisitos do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16, tais contratos foram remensurados e os passivos de arrendamento aumentaram em R\$67.819 (vide nota explicativa nº 18).

Política contábil

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do correspondente ativo, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a Companhia e suas controladas esperam exercer uma opção de compra deste ativo, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo. A remensuração de contratos de arrendamento conforme o IFRS 16 ocorre quando há uma modificação nos termos e condições que afetam os pagamentos futuros. Isso pode incluir mudanças no prazo do contrato, nos valores dos pagamentos ou na taxa de desconto utilizada. Quando isso acontece, a entidade deve ajustar o passivo de arrendamento para refletir os novos fluxos de pagamento descontados à taxa revisada. Simultaneamente, o ativo de direito de uso é ajustado pelo mesmo valor, salvo em casos específicos que demandem reconhecimento imediato no resultado.

13. IMOBILIZADO

	Consolidado				
	31/12/23	Ajuste de Conversão	Adições	Baixas	Transferências 31/12/24
Custo					
Embarcações e docagens	1.632.451	234.142	271.458	(2.008)	76.982
Máquinas e equipamentos	285.115	26.457	30.422	(2.953)	22.638
Computadores e periféricos	16.111	-	6.284	(31)	2.191
Instalações, móveis e utensílios	5.711	-	1.724	-	(193)
Benf. em bens de terceiros	68.754	-	16.771	(5.793)	(16.707)
Veículos	10.336	-	-	-	(1.161)
Adiantamentos a fornecedores	69.232	3.677	86.608	(19.037)	(83.750)
Subtotal	2.087.710	264.276	413.267	(29.822)	-
Depreciação acumulada					
Embarcações e docagens	(542.960)	(70.499)	(184.780)	303	4.343
Máquinas e equipamentos	(117.945)	(7.311)	(40.373)	185	-
Computadores e periféricos	(7.956)	-	(3.571)	-	-
Instalações	(2.099)	-	(449)	-	-
Benf. em bens de terceiros	(10.593)	-	(5.823)	5.793	(4.343)
Veículos	(4.410)	-	(442)	140	-
Subtotal	(685.963)	(77.810)	(235.438)	6.421	-
Total líquido	1.401.747	186.466	177.829	(23.401)	-

	Consolidado							31/12/23
	31/12/22	Ajuste de Conversão	Combinação de negócio	Adições	Baixas	Transferências	Alienação Servmar (*)	
Custo								
Embarcações e docagens	1.480.487	(56.606)	-	202.576	(15.701)	25.770	(4.075)	1.632.451
Máquinas e equipamentos	274.383	(7.214)	63	24.176	(10.459)	5.169	(1.003)	285.115
Computadores e periféricos	8.348	-	1.062	3.317	(48)	4.195	(763)	16.111
Instalações, móveis e utensílios	4.958	-	245	889	(6)	113	(488)	5.711
Benf. em bens de terceiros	53.685	-	842	14.822	(1.273)	678	-	68.754
Veículos	6.919	-	-	2.137	(3.167)	4.912	(465)	10.336
Adiantamentos a fornecedores	58.644	(4)	-	56.914	(4.848)	(41.474)	-	69.232
Subtotal	1.887.424	(63.824)	2.212	304.831	(35.502)	(637)	(6.794)	2.087.710
Depreciação acumulada								
Embarcações e docagens	(395.165)	14.623	-	(174.485)	8.805	880	2.382	(542.960)
Máquinas e equipamentos	(99.960)	2.540	(30)	(34.477)	8.294	4.424	1.264	(117.945)
Computadores e periféricos	(4.157)	-	(594)	(2.455)	32	(1.450)	668	(7.956)
Instalações	(1.829)	-	(215)	(358)	6	-	297	(2.099)
Benf. em bens de terceiros	(7.968)	-	(508)	(3.186)	432	637	-	(10.593)
Veículos	(3.054)	-	-	(530)	2.563	(3.854)	465	(4.410)
Subtotal	(512.133)	17.163	(1.347)	(215.491)	20.132	637	5.076	(685.963)
Total líquido	1.375.291	(46.661)	865	89.340	(15.370)	-	(1.718)	1.401.747

(*) Referente à alienação da empresa Servmar do Grupo OceanPact.

	Controladora							
	31/12/22	Adições	Baixas	Transferências	31/12/23	Adições	Baixas	Transferências
Custo								
Embarcações e docagens	397.854	35.418	(4.422)	450	429.300	161.116	(1.996)	47.460
Máquinas e equipamentos	91.242	7.573	(222)	6.158	104.751	14.108	(2.335)	9.028
Computadores e periféricos	5.863	2.666	(33)	2.701	11.197	4.741	-	1.679
Instalações, móveis e utensílios	2.913	653	-	45	3.611	1.507	-	(138)
Veículos	-	2.137	-	1.280	3.417	-	-	(1.161)
Benf. em bens de terceiros	50.655	5.790	(41)	(233)	56.171	13.330	-	(11.074)
Adiantamentos a fornecedores	22.462	27.450	(3.130)	(11.038)	35.744	28.543	(11.278)	(45.794)
Subtotal	570.989	81.687	(7.848)	(637)	644.191	223.345	(15.609)	-
Depreciação acumulada								
Embarcações e docagens	(162.737)	(74.681)	3.394	731	(233.293)	(63.069)	303	-
Máquinas e equipamentos	(40.662)	(12.374)	102	1.129	(51.805)	(13.812)	185	-
Computadores e periféricos	(2.977)	(1.619)	17	(766)	(5.345)	(2.524)	-	-
Instalações, móveis e utensílios	(1.299)	(108)	-	-	(1.407)	(241)	-	-
Veículos	-	(261)	-	(1.094)	(1.355)	(442)	140	-
Benf. em bens de terceiros	(6.492)	(1.287)	-	637	(7.142)	(1.352)	-	-
Subtotal	(214.167)	(90.330)	3.513	637	(300.347)	(81.440)	628	-
Total líquido	356.822	(8.643)	(4.335)	-	343.844	141.905	(14.981)	-

As taxas de depreciação anuais utilizadas pela OceanPact, para todos os períodos reportados, considerando bens adquiridos novos, estão relacionadas a seguir.

Bens	Taxa anual
Embarcações	5% e 10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Móveis e utensílios	10%
Instalações	10%
Benfeitorias em imóveis e embarcações de terceiros	(*)
Veículos	20%
Docagens	20% e 40%

(*) Depreciação pelo prazo de locação dos bens de terceiros.

Na data-base de 31 de dezembro de 2024, a OceanPact efetuou a análise dos indicadores de “impairment”, e concluiu não haver necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução a valor recuperável dos itens componentes do seu ativo imobilizado.

Política contábil

Imobilizado – Os ativos imobilizados estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação pelo método linear de acordo com a respectiva vida útil econômica, e perdas por redução ao valor recuperável.

Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos imobilizados e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Os custos com docagem são capitalizados e depreciados linearmente ao longo do período para o qual estes custos gerarão benefícios econômicos, de forma que estejam totalmente depreciados antes da data da realização da docagem seguinte.

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos imobilizados e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente e sempre que houver indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, na medida em que elimina a perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

Estimativas e premissas contábeis significativas

Vidas úteis dos bens do ativo imobilizado – A Companhia e suas controladas revisam as vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado e intangível anualmente no final de cada exercício. Durante o último exercício, como resultado desta avaliação, a Administração estabeleceu que as vidas úteis dos seus bens imobilizados se mantiveram inalteradas quando comparadas com aquelas adotadas no exercício anterior.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

14. INTANGÍVEL

	Consolidado								
	31/12/22	Combinação de negócio	Adições	Ajuste de Conversão	31/12/23	Adições	Baixas	Ajuste de Conversão	31/12/24
Custo									
Licenças de softwares	12.230	196	5.218	(288)	17.355	7.525	(293)	454	25.041
Ágio - Rentabilidade futura (*)	219	-	-	-	219	-	(219)	-	-
Contratos EnvironPact Sustentabilidade (**)	-	6.936	-	-	6.936	-	-	-	6.936
Contratos Grupo UP (**)	11.684	-	-	-	11.684	-	-	-	11.684
Amortização acumulada									
Licenças de softwares	(6.052)	(184)	(1.888)	168	(7.955)	(2.387)	-	(183)	(10.525)
Contratos EnvironPact Sustentabilidade (**)	-	-	(2.233)	-	(2.233)	(2.680)	-	-	(4.913)
Contratos Grupo UP (**)	(7.685)	-	(3.999)	-	(11.684)	-	-	-	(11.684)
Total líquido	10.396	6.948	(2.902)	(120)	14.322	2.458	(512)	271	16.539

(*) Baixa do ágio oriundo de rentabilidade futura é referente ao investimento na controlada OceanPact Geociências.

(**) Mais valia apurada na combinação de negócios referente a contratos mantidos pelo Grupo UP e EnvironPact Sustentabilidade com clientes.

	Controladora				
	31/12/22	Adições	31/12/23	Adições	31/12/24
Custo					
Licenças de softwares	7.527	5.083	12.610	6.977	19.587
Amortização acumulada					
Licenças de softwares	(3.820)	(936)	(4.756)	(1.751)	(6.507)
Total líquido	3.707	4.147	7.854	5.226	13.080

A taxa de amortização anual das licenças de softwares utilizada pela Companhia é de 20% para os períodos apresentados (controladora e consolidado).

Na data-base de 31 de dezembro de 2024, a Companhia reaccessou a análise dos indicativos, concluindo não haver alterações de premissas que demandassem uma atualização do último teste de “impairment” realizado.

Política contábil

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são inicialmente registrados pelo seu valor justo na data da aquisição. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

15. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

	Consolidado		Controladora	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Salários	14.595	30.063	11.572	22.575
13º salário	104	183	98	115
Férias	27.057	28.146	19.300	19.371
FGTS/Previdência Social	25.281	28.672	17.333	19.355
Provisão para bônus e PLR	26.166	24.165	20.340	15.686
Outros	1.327	1.303	858	871
Total	94.530	112.532	69.501	77.973

16. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Moeda nacional	79.501	107.321	47.688	76.580
Moeda estrangeira	21.893	3.391	6.826	1.853
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 22)	1.981	-	10.981	17.273
Total	103.375	110.712	65.495	95.706

A Companhia não realizou operações nem apresenta valores contratados em operações de risco sacado (também conhecidas como “Forfait”, “Confirming”, “Reverse Factoring”, Securitização do Contas a Pagar, “Supply Finance”, “Payables Service Agreements”, “Trade/Vendor Financing”, entre outros) com instituições financeiras e fornecedores.

Política contábil

Os saldos de fornecedores e provisões operacionais se referem a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses; caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. São mensurados pelo custo amortizado, com método de taxa efetiva de juros, quando aplicável. As provisões operacionais são decorrentes de custos e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES A PAGAR

17.1. Empréstimos e financiamentos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Banco ABC Brasil	-	3.077	-	3.077
Banco Bocom BBM	17.706	17.873	8.551	8.651
Banco Santander	16.841	39.267	16.841	39.267
BNDES	383.982	183.093	178.442	-
Caixa Econômica Federal	18.507	32.144	18.507	32.144
FINEP	12.946	14.978	12.946	14.978
Total	449.982	290.432	235.287	98.117
Circulante	111.421	63.808	73.579	41.522
Não circulante	338.561	226.624	161.708	56.595

As taxas de juros e as datas dos vencimentos dos saldos apresentados acima, em aberto em 31 de dezembro de 2024, estão discriminadas abaixo:

Instituições financeiras	Finalidade	Taxa de juros anual (%)	Vencimento
Banco ABC Brasil	Capital de giro	CDI + 4,50%	nov/24
Banco Bocom BBM	Capital de giro	CDI + 4,40%	nov/25
Banco Santander	Capital de giro	CDI + 4,10%	set/25
BNDES	Financiamento de embarcações	USD + 2,80% a 3,91%	abr/32
Caixa Econômica Federal	Capital Giro	CDI + 2,66%	abr/26
FINEP	Financiamento de projeto	TJLP	abr/31
BNDES	Financiamento de docagens/modernização	USD + 3,00%	set/31

No período findo em 31 de dezembro de 2024, foram captados recursos no total de R\$ 164.000 junto ao BNDES/FMM, sendo R\$ 147.000 no primeiro semestre de 2024 e R\$ 17.000 no segundo semestre de 2024. O saldo a pagar ao BNDES inclui esta nova captação da controladora para financiamento de docagens e benfeitorias na frota.

Adicionalmente, no consolidado, inclui o empréstimo concedido pelo BNDES à controlada OceanPact Navegação para a construção de duas embarcações, celebrado em 17 de julho de 2014, e apresenta cláusula de exigência de uma conta centralizadora, onde deve ser mantido o valor correspondente a no mínimo três meses da dívida mensal, incluindo principal e juros (nota explicativa nº 4). Os empréstimos junto ao BNDES são atrelados ao dólar norte-americano.

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos está apresentada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31/12/22	440.630	199.825
Novas captações	193.719	193.719
Pagamentos de principal	(319.812)	(295.622)
Pagamentos de juros	(42.675)	(33.231)
Variação cambial	(12.444)	-
Juros apropriados	40.226	33.426
Alienação Servmar	(9.212)	-
Saldo em 31/12/23	290.432	98.117
Novas captações	164.577	164.578
Custos de captação	(4.329)	(4.328)
Pagamentos de principal	(74.696)	(49.978)
Pagamentos de juros	(21.989)	(14.393)
Variação cambial	77.087	27.008
Juros apropriados	18.900	14.283
Saldo em 31/12/24	449.982	235.287

Os valores a pagar, até a liquidação dos saldos apresentados anteriormente, classificadas no passivo não circulante, estão discriminados a seguir (não considera encargos futuros):

Ano	Consolidado	Controladora
2026	57.556	27.491
2027	47.771	22.817
2028	39.650	18.938
Após 2028	193.574	92.462
Total	338.561	161.708

A OceanPact e suas controladas não possuem parcelas a pagar vencidas nas datas-bases apresentadas.

A OceanPact e suas controladas detêm empréstimos e financiamentos que apresentam cláusulas restritivas financeiras e não financeiras, que se descumpridas implicam no vencimento antecipado das dívidas. Nas divulgações trimestrais do exercício e nas datas-base de 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve nenhum descumprimento.

A seguir listamos estas principais cláusulas dos empréstimos e financiamentos:

Instituições financeiras	Principais cláusulas restritivas
Banco Santander	Indicador: Dívida Líquida Ajustada (*) / EBITDA Ajustado (**) - Menor ou igual a 2,60x em 31/12/2024 - Menor ou igual a 2,50x em 31/12/2025
BNDES	Manutenção do saldo da conta centralizadora, cumprimento de determinadas obrigações relacionadas a treinamento em caso de redução de pessoal, adoção de medidas de proteção ao meio ambiente

(*) Para fins de mensuração dos indicadores financeiros, a Dívida Líquida Ajustada considera o endividamento bancário líquido da Companhia, com a conversão das dívidas em dólar tomando por base o câmbio médio dos 12 meses que antecedem o cálculo do indicador e impactos decorrentes da adoção do pronunciamento técnico CPC 06(R2)/ IFRS 16 até 18/11/2021 e o EBITDA Ajustado da Companhia compreende o lucro líquido antes dos impostos, antes do resultado financeiro, antes da despesa de depreciação e amortização, e antes de eventuais multas contratuais de clientes no exercício e eventuais custos de “impairment” de ativos.

(**) Os indicadores financeiros atrelados a cláusulas restritivas da dívida são avaliados de forma trimestral, considerando para tal o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses. Caso ocorra a não observância, pela Companhia, de dois períodos consecutivos ou três períodos alternados, possibilitará a ação de vencimento antecipado.

Além das principais cláusulas restritivas mencionadas acima, alguns contratos possuem determinadas obrigações de entrega de demonstrações financeiras, aprovação prévia em caso de alteração do controle societário, dentre outras.

Política contábil

A Companhia e suas controladas registram seus empréstimos e financiamentos obtidos com base no custo amortizado usando o método de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se, e somente se, esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Não houve juros capitalizados nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Debêntures a pagar

	Consolidado e Controladora	
	31/12/24	31/12/23
Circulante	159.789	187.074
Não circulante	1.058.998	661.641
Total	1.218.787	848.715

A movimentação do saldo de debêntures a pagar está apresentada a seguir:

Consolidado e Controladora	
Saldo em 31/12/22	598.633
Novas captações	500.008
Custos de emissão	(11.984)
Apropriação de custos	10.824
Apropriação de juros	125.180
Pagamento de principal	(249.646)
Pagamento de juros	(124.300)
Saldo em 31/12/23	848.715
Novas captações	800.000
Custos de emissão	(13.813)
Apropriação de custos	16.356
Apropriação de juros	143.186
Pagamento de principal	(439.000)
Pagamento de juros	(136.657)
Saldo em 31/12/24	1.218.787

As principais informações acerca das debêntures emitidas estão apresentadas a seguir:

OPERAÇÃO	DEBÊNTURES 04	DEBÊNTURES 04	DEBÊNTURES 05	DEBÊNTURES 06
Série	1ª Série	2ª Série	Única	Única
Data emissão	14/07/2023	14/07/2023	10/07/2024	18/12/2024
Valor emissão	250.000	250.000	300.000	500.000
Taxa de remuneração anual	CDI + 5,00%	CDI + 5,75%	CDI + 2,95%	CDI + 2,50%
Amortização	Mensal (1 ano de carência e amortização em 24 parcelas)	Mensal (3 anos de carência e amortização em 24 parcelas)	Mensal (1 ano de carência e amortização em 48 parcelas)	Mensal (3 anos de carência e amortização em 24 parcelas)
Cláusulas restritivas (indicadores financeiros mensuração anual)	Indicador: Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado (**) - até 2,6x trimestral em 31.12.24 - até 2,5x trimestral em 31.12.25 e demais	Indicador: Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado (**) - até 2,6x trimestral em 31.12.24 - até 2,5x trimestral em 31.12.25 e demais	Indicador: Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado (**) - até 2,6x trimestral em 31.12.24 - até 2,5x trimestral em 31.12.25 e demais	Indicador: Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado (**) - até 2,6x trimestral em 31.12.24 - até 2,5x trimestral em 31.12.25 e demais

(**) Conforme nota explicativa nº 17.1.

- A Companhia recebeu nos meses de julho e dezembro de 2024 os recursos oriundos da 5ª e da 6ª emissão de debêntures, no montante de R\$300.000 e R\$ 500.000,00, respectivamente.

A Companhia efetuou ainda no mês de dezembro, o Resgate Antecipado Facultativo Total da 3ª emissão de debêntures, no montante de aproximadamente R\$244.000, com os recursos oriundos da 6ª emissão de debêntures.

A Companhia informa que não houve descumprimento das cláusulas restritivas na data-base de 31 de dezembro de 2024.

Os valores a pagar até a liquidação dos saldos apresentados anteriormente, classificados no passivo não circulante, estão discriminados a seguir (não considera encargos futuros):

	Tipo de contrato - Direito de uso	Taxa desconto mensal	Vigência do contrato	Vencimento
1	Imóvel Matriz – Glória 10º e 11º andares	0,87%	6 anos	abr/25
2	Imóvel São João da Barra Porto do Açu	1,10%	25 anos	ago/45
3	Afretamento embarcação Parcel dos Meros (a)	1,32%	1 ano	dez/24
4	Imóvel Galpão MC Laren - Green Port	1,81%	4 anos	fev/26
5	Imóvel Glória 7º andar	1,47%	3 anos	dez/25
6	Imóvel Glória 4º andar	1,27%	3 anos	fev/26
7	Imóvel Itaipuaçu	1,50%	5 anos	nov/27
8	Imóvel Glória 7º andar – parte C	1,37%	9 anos	fev/31

- (a) Afretamento firmado entre a controlada OceanPact Netherlands com a Havila Harmony AS e subarrendadas para a controlada Maraú Navegação. A partir de janeiro de 2025, o afretamento foi prorrogado por curto prazo com aumento de diária. Eventual extensão de longo prazo, se encontra em negociação com o proprietário, vinculado ao resultado final do BID com a Petrobrás para os RSVs.

Política contábil

A Companhia utiliza taxas incrementais sobre empréstimos da Companhia para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos, cujas taxas implícitas não podem ser determinadas imediatamente. As taxas incrementais são estimadas a partir das taxas de captação corporativa (títulos emitidos pela OceanPact), que levam em conta a taxa livre de risco e o prêmio de risco de crédito da companhia, ajustadas para refletir ainda as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, o impacto das garantias, a moeda, duration do respectivo fluxo de pagamento e a data de início de cada contrato.

O passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero.

O ativo de direito de uso é amortizado pelo método linear, pelo prazo do arrendamento.

Estimativas e premissas contábeis significativas

Mensurações das taxas de desconto de arrendamentos – As taxas de desconto aplicadas na mensuração dos direitos de uso e passivos de arrendamento foram definidas pela Companhia e suas controladas considerando as taxas incrementais, uma vez que os contratos firmados não possuem a informação da taxa implícita. Para determinação das taxas incrementais, utilizadas como taxas de desconto, a Companhia e suas controladas utilizaram informações dos contratos de arrendamento, e adotaram premissas, tais como a estrutura de capital da OceanPact e o risco do ambiente econômico do país.

19. TRIBUTOS A RECOLHER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Tributos correntes (*)	32.700	30.651	19.753	19.117
Parcelamentos	9.564	17.465	8.009	14.766
Total	42.264	48.116	27.762	33.883
Circulante	31.113	30.048	22.919	23.228
Não Circulante	11.151	18.068	4.843	10.655

- (*) Os saldos de tributos correntes compreendem, principalmente, PIS, COFINS e ISS a pagar.

Composição dos parcelamentos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Federais (a)	8.404	15.607	7.281	13.602
Municipais (b)	1.160	1.858	728	1.164
Total	9.564	17.465	8.009	14.766

(a) Referente a parcelamento de impostos federais no âmbito da RFB e PGFN.

(b) Referente a parcelamentos de ISS.

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Multas contratuais de clientes (a)	21.399	16.241	11.837	11.414
Reembolso a pagar	-	1.999	-	-
Partes relacionadas	-	-	49	2.539
Adiantamento de clientes	11.984	4.621	11.984	4.621
Contra garantia alienação Servmar (c)	9.203	265	9.203	265
Outras obrigações	3.056	11.894	1.733	383
Total Circulante	45.642	35.020	34.806	19.222
Multas contratuais de clientes (a)	27.892	45.678	213	211
Aquisição de investimento (b)	1.356	1.356	1.356	1.356
Adiantamento de clientes	1.111	662	1.111	662
Conta garantia alienação Servmar (c)	-	8.604	-	8.604
Provisão RSUs (RAV – parcela variável)	4.662	1.761	4.662	1.761
Total Não Circulante	35.021	58.061	7.342	12.594

(a) Multas devido ao descumprimento de cláusulas contratuais com clientes, consumo de óleo em excesso e consumo de óleo durante indisponibilidade das embarcações. Para fins de consolidado, o principal saldo no não circulante em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$27.129, é da controlada UP Apoio, sendo referente, principalmente, à cobrança por utilização de combustível em excesso nos contratos firmados por esta investida (R\$44.132 em 31 de dezembro de 2023). A redução no período ocorre em função de melhoria de prognóstico de algumas potenciais multas provisionadas no momento da aquisição da UP Offshore, e cujos desdobramentos desde então se mostraram favoráveis tendo seus prognósticos atualizados para remoto.

(b) Em 31 de dezembro de 2024, a OceanPact Serviços Marítimos possui um saldo a pagar aos vendedores, referente à aquisição da Servmar.

(c) Garantia firmada pela Companhia pelo pagamento da dívida bancária da Servmar junto ao BBM, no escopo do contrato de alienação da antiga controlada Servmar.

Política contábil

As multas contratuais recebidas através de notificações dos clientes são classificadas pelo jurídico entre prováveis, possíveis e remotas, e discutidas no âmbito administrativo. As notificações consideradas prováveis de perda são provisionadas. Adicionalmente, a Companhia avalia penalidades incorridas e ainda não notificadas no que tange ao consumo de óleo em excesso e consumo de óleo durante indisponibilidade de embarcação, realizando também as provisões na correta competência do período incorrido.

21. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista surgidos no curso normal dos seus negócios, realizando depósitos judiciais quando necessário. As provisões para os eventuais desembolsos decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos, de modo que os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 apresentam a seguinte movimentação:

	Consolidado				Controladora		
	Trabalhista	Cível	Tributário	Total	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31/12/22	20.109	1.096	8.581	29.786	781	948	1.729
Provisões	99	141	4	244	50	138	188
Reversões	(391)	(948)	(4)	(1.343)	(10)	(952)	(962)
Alienação Servmar	(274)	-	-	(274)	-	-	-
Reclassificações (*)	(4.000)	522	4.026	548	-	-	-
Saldo em 31/12/23	15.543	811	12.607	28.961	821	134	955
Provisões	1.027	-	-	1.027	197	-	197
Reversões (a)	(12.919)	(204)	(10.638)	(23.761)	(393)	-	(393)
Saldo em 31/12/24	3.651	607	1.969	6.227	625	134	759

- (*) Reclassificado como mantido para venda em virtude da decisão de alienação da empresa Servmar, concretizada no ano de 2023.
- (a) A companhia reacessou as provisões de riscos constituídas no balanço de abertura na compra da UP e concluiu pela necessidade de reversão de parte das contingências trabalhistas e tributárias devido à melhora de prognósticos das mesmas.

Dentre os riscos classificados como provável de perda tratam-se de reclamações trabalhistas pulverizadas, que dizem respeito de dano material, diferença salarial e acidentes de trabalhos, dentre outros direitos trabalhistas.

A redução no período ocorre em função de melhoria de prognóstico de algumas contingências trabalhistas provisionadas no momento da aquisição da UP Offshore e de decadência de certos riscos tributários não materializados.

Passivos contingentes com expectativa de perda possível

Os processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda é classificada como possível, baseado no entendimento dos consultores jurídicos externos da Companhia, não possuem provisão correspondente reconhecida. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Trabalhistas (a)	33.212	32.266	12.284	11.596
Cíveis (b)	34.098	26.350	3.792	3.288
Tributárias (c)	20.658	15.013	8.488	12.116
Total	87.968	73.629	24.564	27.000

As principais contingências em 31 de dezembro de 2024, classificadas com expectativa de perda possível se referem à:

- (a) Processos pulverizados que tem como objeto horas extras, verbas rescisórias, acúmulo de funções, dentre outros.

- (b) Três processos envolvendo a Petrobras, visando afastar multas contratuais indevidas no valor estimado de R\$21 milhões, sendo R\$12 milhões em serviços de coleta e amostras ambientais, R\$5,3 milhões em serviços geológicos, R\$ 3,7 milhões por atraso no cumprimento de exigência contratual ICS. Liminares deferidas para impedir o desconto até o julgamento da sentença. Adicionalmente, um processo, com valor estimado de R\$3 milhões, que objetiva o cumprimento de sentença arbitral ajuizado pela Laborde Serviços Marítimos S.A. Os demais valores referentes aos processos cíveis de natureza passiva, com classificação de perda possível, encontram-se pulverizados com variados objetos processuais.
- (c) Sete processos de manifestação de inconformidade de saldo negativo de IR/CS nos exercícios de 2013, 2014, 2016 e 2018 no valor estimado de R\$7,4 milhões (R\$8,6 milhões em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, um processo Administrativo no valor estimado de R\$ 9 milhões referente a um auto de infração, registrado na empresa UP Offshore, que versa sobre descumprimento de obrigação acessória no âmbito de procedimento de cancelamento de Nota Fiscal fora do prazo.

Além das contingências passivas apresentadas acima, a Companhia possui certas contingências ativas de montante relevante não reconhecidas contabilmente. Os principais valores referem-se a ações judiciais da controlada UP, em que se busca a cobrança de taxas diárias relativas a contratos celebrados com a Petrobras e que foram rescindidos sob a alegação de ausência de renovação do Certificado de Autorização de Afretamento (CAA) para as embarcações objeto desses contratos. Essas rescisões foram contestadas judicialmente pela controlada UP e os assessores jurídicos da Companhia entendem como de êxito provável seus pleitos. Dentre as contingências ativas, duas se destacam, tendo em vista os últimos andamentos verificados nos processos judiciais, aqueles referentes às embarcações UP Coral e UP Turquoise.

Em junho de 2023, a controlada UP contratou a cessão parcial de direitos creditórios litigiosos, sem regresso, objeto dessas ações. Em razão da cessão de direitos, a UP obteve o recebimento inicial, em 4 de julho de 2023, de R\$100 milhões, preservando, ainda, o direito a participação futura significativamente majoritária no montante efetivamente recuperado dos direitos creditórios cedidos que venha a exceder o valor recebido inicialmente, ajustado nos termos acordados entre as partes da cessão.

O andamento atual dos processos pode ser verificado no quadro de status abaixo:

Embarcação	Valor envolvido	Período	Status
UP Coral	USD 65,4M + R\$33,4M	Mar/2018 a ago/2021	Petrobras foi condenada a pagar em 1ª e 2ª instância e recorreu ao STJ (*)
UP Turquoise	USD 11,5M + R\$7,2M	Jun/2015 a jan/2017	Transitado em Julgado favoravelmente à UP e iniciada a fase cumprimento de sentença(**)
UP Pearl	R\$16,2M	Set/2015 a nov/2017	Proferida Sentença em 1ª instância condenando a Petrobras ao pagamento. Aguardando a das taxas diárias decorrentes da rescisão contratual indevida
UP Esmeralda	R\$13,7M	Mai/2015 a jul/2017	Proferida Sentença em 1ª instância condenando a Petrobras ao pagamento das taxas diárias decorrentes da rescisão contratual indevida. Aguardando a interposição de eventual recurso da Petrobras para 2ª instância.
UP Amber	R\$13,8M	Set/2015 a ago/2017	Proferida Sentença em 1ª instância condenando a Petrobras ao pagamento das taxas diárias decorrentes da rescisão contratual indevida. Aguardando a interposição de eventual recurso da Petrobras para 2ª instância.

(*) A controlada UP ganhou em 1ª e 2ª instâncias, sendo que a ação transitou em julgado após a Petrobras não apresentar recurso de maneira tempestiva após a publicação do Acórdão em 2ª instância. A Petrobras entendeu que sua intimação pelo Tribunal do Rio de Janeiro apresentou falha de endereçamentos, e recorreu a 3ª instância (STJ), onde atualmente se encontra pendente de julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça. Recentemente, em 21.02, foi proferida decisão monocrática pelo Ministro relator do STJ negando o recurso da Petrobras, que, por sua vez, ainda cabe a apresentação de novos recursos ainda no STJ.

(**) A controlada UP ganhou em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, sendo que o processo transitou em julgado favoravelmente à UP, que já iniciou a fase de cumprimento de sentença.

Política contábil

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) em consequência de um evento passado, seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Estimativas e premissas contábeis significativas

Provisão para riscos – A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para riscos, relacionados a causas tributárias, cíveis e trabalhistas, quando aplicável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais, e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

22. PARTES RELACIONADAS

22.1. Remuneração dos administradores

Os diretores estatutários compõem o quadro de Administradores da Companhia (pessoal chave).

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Remuneração diretoria (pro labore e encargos)	11.709	13.088	6.813	7.212
Bônus pagos - diretoria	9.586	2.460	5.446	1.061
Concessão de ações – diretoria	1.913	1.699	1.913	1.699
Remuneração Conselho e coaud (*)	5.619	7.962	5.619	7.206
Total	28.827	25.209	19.791	17.178

(*) 1/3 dos honorários dos membros do Conselho são pagos em entrega de ações, com lock up de 3 anos.

Incide sobre a remuneração da administração contribuição previdenciária no total de 20%.

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Pagamento baseado em ações

A OceanPact possui programas de concessão de ações restritas como elemento de remuneração de longo prazo que abrange seus diretores estatutários, não estatutários, conselheiros de administração e outros colaboradores apontados pela Administração.

O número máximo de ações que poderão ser entregues em decorrência do plano de concessão aprovado na Assembleia Geral realizada em 27 de novembro de 2020 é de até 3% do capital social da Companhia.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas e do valor justo do 1º e 3º programas, que possuem parcelas fixas e variáveis (RAV):

Programas Gerais (possuem parcela variável)	Lote	Data da celebração do contrato	Data prevista de transferência das ações	Quantidade de ações relativas as parcelas fixas	Strike Price da RAV (Em reais)	Valor Justo da RAV
1º Programa	1	01/01/2022	01/01/2022	200.000	5,00	1.377
1º Programa	2	01/01/2022	01/01/2023	200.000	7,00	
1º Programa	3	01/01/2022	01/01/2024	200.000	11,15	
3º Programa	1	22/07/2022	22/07/2025	922.192	5,00	2.640
3º Programa	2	30/06/2023	30/06/2026	675.675	7,00	1.718
3º Programa	3	01/07/2024	01/07/2027	795.865	8,00	2.407

O valor justo da Parcela Variável do 1º Programa e 3º Programa foi determinado com base no método Monte Carlo (“MMC”), considerando as condições de mercado. Os planos de ações consideram as seguintes premissas:

- Para a expectativa de volatilidade utilizou-se dados referentes ao comportamento das ações de empresas comparáveis divulgada pelo Damodaran para diferentes regiões geográficas;
- Para a distribuição de dividendos, foi considerado uma premissa de distribuição de proventos em linha com os pares de mercado;
- Para a taxa de juros livre de risco foi considerado o logaritmo neperiano das taxas conforme curva futura DI x Pré, divulgada pela B3;
- Os programas possuem cláusulas referentes ao “lockup” de ações.

Para o 3º Programa, existe um período de vesting de 3 anos, condicionado a permanência dos executivos na empresa.

O valor justo das parcelas fixas do 1º e 3º Programas é apropriado mensalmente durante o período do vesting no resultado com contrapartida no patrimônio líquido, enquanto o valor justo das parcelas variáveis, que serão pagas preferencialmente em dinheiro, é apropriado mensalmente no resultado com contrapartida no passivo.

Em relação ao 2º Programa, aplicável apenas aos Conselheiros, sua mecânica é mais simples, consiste basicamente no pagamento de parte da remuneração fixa na forma de ações de emissão da OceanPact, estando essas ações sujeitas a um “lockup” de 3 anos. Até 31 de dezembro de 2024, foram concedidas 669.060 ações no âmbito do 2º Programa.

Política contábil

Os planos podem ser liquidados em dinheiro ou em ações. Para a Parcela Variável, cuja liquidação será feita, preferencialmente, em dinheiro, o custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados, com a correspondente contrapartida acarretando variação no passivo. Para a Parcela Fixa, cuja liquidação será feita em ações, o custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados, com a correspondente contrapartida acarretando variação no patrimônio líquido.

22.2. Resumo de transações com partes relacionadas

	Controladora	
	31/12/24	31/12/23
Clientes (vide nota explicativa nº 6)	3.985	9.789
Compartilhamento de despesas (vide nota explicativa nº 10)	4.448	2.555
Dividendos a receber	16.986	35.020
Outros valores a receber (vide nota explicativa nº 10)	66	4.293
Total saldos ativos com partes relacionadas	25.485	51.657
Fornecedores (vide nota explicativa nº 16)	(10.981)	(17.273)
Empréstimos a pagar	(32.095)	(51.443)
Outras obrigações (vide nota explicativa nº 20)	(49)	(2.539)
Total saldos passivos com partes relacionadas	(43.125)	(71.255)

O saldo do passivo de arrendamento da controladora está apresentado na nota explicativa nº 18.

Companhias	Controladora					
	31/12/24					
	Clientes	Compartilhamento de despesas a receber	Outros valores a receber	Empréstimos a pagar	Fornecedores	Outras obrigações
OceanPact Navegação	3.825	227	-	(32.095)	(62)	(4)
OceanPact Geociências	-	2.479	-	-	(113)	-
EnvironPact Sustentabilidade	36	416	-	-	(235)	-
OPTN	-	-	-	-	(70)	-
Maraú	31	735	66	-	(2.921)	-
SLI	-	52	-	-	-	-
OceanPact Logística	-	1	-	-	-	-
Grupo UP	93	533	-	-	(7.536)	(6)
OML	-	5	-	-	(43)	(39)
Total	3.985	4.448	66	(32.095)	(10.980)	(49)

Companhias	Controladora						
	31/12/23						
	Clientes	Compartilhamento de despesas a receber	Empréstimos		Outros valores a receber	Fornecedores	Outras obrigações
			A receber	A pagar			
OceanPact Navegação	8.339	437	-	(51.443)	20	(59)	(2.439)
OceanPact Geociências	1.295	493	-	-	124	(16)	-
EnvironPact Sustentabilidade	-	274	-	-	48	(2.467)	-
Cod Hole	-	-	-	-	-	-	(15)
OTPN	-	-	-	-	-	(258)	-
Maraú	31	457	-	-	4.092	(2.548)	-
SLI	-	54	-	-	4	-	-
OceanPact Logística	-	113	-	-	-	-	(14)
Grupo UP	124	727	-	-	5	(11.925)	(71)
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total	9.789	2.555	-	(51.443)	4.293	(17.273)	(2.539)

Companhias	Controladora			
	2024		2023	
	Receitas	Custos e despesas	Receitas	Custos e despesas
OceanPact Navegação	6.761	(3.306)	10.079	(8.070)
OceanPact Geociências	-	(54)	21.367	(6.028)
EnvironPact Sustentabilidade	27	(2.421)	57	(6.022)
Cod Hole	-	-	-	(91)
OTPN	-	(934)	-	(968)
Cairú	-	-	-	-
Camamu	-	-	-	-
Servmar	-	-	-	-
Maraú	366	(5.469)	365	(7.510)
OceanPact Logística	-	-	-	(793)
OceanPact Netherlands	-	-	-	(25.572)
Grupo UP	1.098	(57.843)	1.095	(41.756)
SLI	-	-	-	(573)
Total	8.252	(70.027)	32.963	(97.383)

Todos os contratos de empréstimos firmados entre a Companhia e suas investidas possuem valor determinado e prazo indeterminado para pagamento, sem incidência de juros. A seguir é apresentada a movimentação dos saldos de empréstimos a pagar e a receber de partes relacionadas, sendo o total com a OceanPact Navegação para utilização do caixa em seus compromissos com terceiros, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023:

Empréstimos a pagar a partes relacionadas				
Controladora				
31/12/22	Compensações	31/12/23	Compensações	31/12/24
51.443	-	51.443	(19.348)	32.095

A Companhia possui contratos vigentes em 31 de dezembro de 2024, referente a compartilhamento de despesas administrativas com suas investidas EnvironPact Sustentabilidade, OceanPact Geociências, OceanPact Navegação, SLI, OceanPact Logística, Grupo UP e Maraú. Os contratos preveem que a Companhia deve ser reembolsada em um percentual, negociado entre as partes, dos seus gastos administrativos (pessoal, material de escritório etc.), pois suas coligadas se beneficiam de sua estrutura. O saldo a receber das investidas, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$4.448 (R\$2.555 em 31 de dezembro de 2023).

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1. Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, totalmente integralizado, era de R\$803.663 representado por 199.959.554 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023		
Acionistas	Quantidade de ações	Participação (%)
Flavio Nogueira Pinheiro de Andrade	61.491.719	30,75%
Dynamo - Administração de Recursos	24.661.600	12,33%
Acionistas executivos	19.045.458	9,53%
Hix Capital	14.815.080	7,41%
Organon Capital	10.833.306	5,42%
Ações em tesouraria	1.703.621	0,85%
Demais ações em circulação	67.408.770	33,71%
Total	199.959.554	100%

23.2. Reservas de capital

Representa o ágio gerado no valor de R\$78.701 sobre a emissão de 1.300.627 ações em 2013, subscritas pelo acionista Dyna II Fundo Investimento em Participações, menos os gastos necessários à emissão das novas ações, que somaram R\$2.354.

Em 2014, o acionista Dyna II Fundo Investimento em Participações realizou um aporte adicional de R\$7.242, referente à diferença entre o resultado previsto no momento da avaliação e o resultado efetivo em 31 de dezembro de 2013, conforme previsto em cláusula contratual. Este aporte não representa um aumento de participação acionária do referido acionista e foi reconhecido como reserva de capital de ágio.

O ágio na concessão de ações em tesouraria, no montante de R\$1.212 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.642 em 31 de dezembro de 2023), registrado na reserva de capital, é decorrente das diferenças entre o valor de mercado no momento da entrega das respectivas ações e o custo histórico registrado no patrimônio líquido.

23.3. Reservas de lucros e distribuição de lucros

- i. Reserva legal: Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 ("Lei 6.404/76"), até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Esta reserva deve ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital.
- ii. Reserva para investimento: representa o saldo de lucros retidos para investimento na atividade da Companhia, baseado em seu orçamento de capital.
- iii. Distribuição de lucros: aos acionistas é garantido em estatuto, um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal ajustado por eventual constituição de reservas de contingência e as respectivas reversões, conforme aplicável, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

23.4. Resultado básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em aberto durante o período, excluindo as mantidas em tesouraria.

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

	2024	2023
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(15.598)	73.316
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (menos ações em tesouraria)	198.527.142	198.084.968
Resultado por ação básico (em R\$)	(0,0786)	0,3701
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(15.598)	73.316
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o resultado diluído	200.230.763	199.151.032
Resultado por ação diluído (em R\$)	(0,0779)	0,3681

23.5. Outros resultados abrangentes

Em conformidade com o disposto no CPC 02 (R2) Efeitos das Mudanças de Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações financeiras, equivalente à IAS 21, que determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidos no patrimônio líquido da Controladora, a Companhia constituiu a rubrica de “Ajustes acumulados de conversão”, decorrente da conversão das informações financeiras e suas controladas no exterior e da conversão dos respectivos ágios oriundos das suas aquisições, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta rubrica era credor em R\$186.556, tendo saldo devedor de R\$33.552 em 31 de dezembro de 2023. Essa variação deve-se, principalmente, pelas variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nas principais moedas funcionais das controladas, diferentes do Real.

23.6. Ações em tesouraria e plano de ações

Em 13 de maio de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de recompra autorizando a aquisição de até 5.998.787 ações ordinárias de sua própria emissão, correspondentes a 3% de seu capital social total.

O programa de recompra tem por objetivo permitir a aquisição de ações para atender a obrigações da Companhia no âmbito de seu Plano de Remuneração Baseado em Ações e terá duração de dezoito meses, encerrando-se em 13 de novembro de 2025.

Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia recomprou um total de 753.700 ações.

	31/12/24	31/12/23
Ações em tesouraria	(6.053)	(2.085)
Concessões Plano RSU	6.753	1.746
Total ações em tesouraria e plano de ações	700	(339)
Quantidade de ações em tesouraria	1.703.621	1.368.301
Custo médio por ação	3,55	1,52

24. RECEITA

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2022
Serviços prestados no país	1.904.633	1.824.706	1.456.168	1.350.770
Serviços prestados no exterior	25.107	21.115	22.672	21.171
Receita bruta	1.929.740	1.845.821	1.478.840	1.371.941
Tributos sobre receita (*)	(208.682)	(196.938)	(157.481)	(138.713)
Receita líquida	1.721.058	1.648.883	1.321.359	1.233.228

(*) Referente aos tributos incidentes sobre a receita, sendo 7,6% referente à COFINS, 1,65% ao PIS e 2% a 5% ao ISS sobre os serviços prestados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os principais clientes da Companhia foram a Petrobras Petróleo Brasileiro S.A., a BW Energy Maromba do Brasil Ltda e a Equinor Brasil Energia LTDA, responsáveis por 74% da receita bruta do consolidado. O cliente Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. representou 60% do total da receita bruta consolidada e, em conjunto com outras empresas do Grupo Petrobras (Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.), representou 64% da receita bruta do consolidado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os principais clientes da Companhia foram a Petrobras Petróleo Brasileiro S.A., a Shell Brasil Petróleo Ltda, a BW Energy Maromba do Brasil Ltda e a 3R Petroleum Offshore S.A., responsáveis por 72% da receita bruta do consolidado. O cliente Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. representou 57% do total da receita bruta consolidada e, em conjunto com outras empresas do Grupo Petrobras (Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.), representou 61% da receita bruta do consolidado.

Política contábil

Receita de serviços – A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação que a Companhia e suas controladas esperam receber em um contrato com o cliente, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos incidentes, sendo registrada quando prestam o serviço ao cliente.

A Companhia e suas controladas fornecem serviços para terceiros, que são reconhecidos como obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo. A receita é reconhecida para esses serviços com base no estágio de conclusão do contrato, quando aplicável, sendo o estágio de conclusão determinado como a proporção do período total esperado para prestação do serviço.

25. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas.

A Administração da Companhia considera que os segmentos são: (i) embarcações e (ii) serviços.

O principal tomador de decisões da Companhia não analisa determinadas contas de resultado tais como resultado financeiro, tributos sobre o lucro, além das contas patrimoniais segregadas por segmento operacional. Desta forma, essas informações segmentadas não estão sendo apresentadas.

Em 2024, a Companhia agrupou as unidades de negócios de serviços e a unidade Subsea (ROVs) em uma única diretoria, de forma a ganhar maior sinergia comercial e operacional de seus negócios, uma vez que a Diretoria (principais gestores das operações) passou a avaliar as informações para alocar recursos e o desempenho operacional dessas unidades em conjunto. Junto com essa mudança estratégica ocorrida em 2024, os resultados da unidade Subsea passam a ser reportados no segmento de Serviços.

As principais informações sobre resultado por segmento de negócio, estão resumidas a seguir:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	Embarcação	Serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	1.110.658	613.211	(2.811)	1.721.058
Custo dos serviços	(912.745)	(349.209)	2.811	(1.259.143)
Lucro bruto	197.912	264.194	-	461.915
Despesas gerais e administrativas	(116.157)	(74.406)	-	(190.553)
Outras receitas e despesas operacionais,	7.536	623	-	8.159
EBIT	89.292	190.219	-	279.511
(+) Depreciação e amortização	225.959	32.766	-	258.725
EBITDA	315.251	222.985	-	538.236
EBITDA				538.236
Depreciação e amortização				(258.723)
Resultado financeiro				(267.985)
Tributos sobre o lucro				(27.124)
Prejuízo do exercício				(15.598)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	Embarcação	Serviços	Eliminação	Consolidado
Receita líquida	1.130.286.	543.246	(24.648)	1.648.883
Custo dos serviços	(916.067)	(381.255)	24.648	(1.272.674)
Lucro bruto	214.219	161.991	-	376.210
Despesas gerais e administrativas	(108.122)	(59.284)	-	(167.406)
Equivalência patrimonial	-	76	-	76
Outras receitas e despesas operacionais,	61.832	4.533	-	66.365
EBIT	167.929	107.316	-	275.245
(+) Depreciação e amortização	206.485	40.063	-	246.549
EBITDA	374.414	147.379	-	521.793
EBITDA				521.793
Depreciação e amortização				(246.549)
Resultado financeiro				(150.850)
Tributos sobre o lucro				(51.079)
Lucro do exercício				73.315

Receita líquida consolidada	2024	2023
Ambiental:	368.414	567.693
Embarcações	91.774	248.194
Serviços	276.640	319.499
Subsea:	1.142.071	807.041
Embarcações	819.623	617.262
Serviços	322.448	189.799
Logística e Engenharia:	210.572	274.150
Embarcações	199.261	264.831
Serviços	11.311	9.319
Receita líquida total	1.721.057	1.648.883

A Companhia e suas controladas estão presentes nas seguintes áreas geográficas: Brasil (país de domicílio), Noruega, México, Holanda, Ilhas Cayman e Reino Unido. Por não serem individualmente representativas, as informações financeiras provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto a seguir:

Receita líquida consolidada	2024	2023
Brasil	1.695.951	1.627.768
Outros países	25.106	21.115
Total	1.721.057	1.648.883
Ativos não circulantes consolidado	31/12/24	31/12/23
Brasil	1.173.508	977.110
Outros países	850.625	710.753
Total	2.024.133	1.687.863

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Pessoal	(613.811)	(570.098)	(434.962)	(383.909)
Aluguéis e afretamentos	(66.005)	(133.201)	(129.617)	(164.555)
Depreciação e amortização (*)	(249.214)	(237.878)	(126.588)	(135.616)
Viagens, transportes e refeições	(64.349)	(60.385)	(39.928)	(38.474)
Serviços de terceiros	(185.303)	(176.886)	(128.655)	(127.583)
Insumos e manutenção	(229.487)	(236.516)	(134.785)	(139.059)
Tributos e despesas legais	(5.510)	(4.968)	(3.441)	(3.248)
Outros custos e despesas	(36.027)	(20.604)	(19.418)	(9.753)
Total	(1.449.706)	(1.440.536)	(1.017.394)	(1.1002.197)

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados	(1.259.143)	(1.273.209)	(880.275)	(902.516)
Despesas gerais e administrativas	(190.563)	(167.327)	(137.120)	(99.681)
Total	(1.449.706)	(1.440.536)	(1.017.395)	(1.002.197)

- (*) Custos de depreciação inclui créditos de PIS e COFINS no valor de R\$5.929 na controladora e R\$ 10.172 no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$6.428 na controladora e R\$9.928 no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Multas contratuais - Clientes	(9.197)	(29.536)	(15.593)	(25.988)
Ganho (perda) na venda de	2.276	4.678	2.289	(1.164)
Indenizações – Seguros	2.235	6.644	-	5.954
Ganho na aquisição de	-	3.656	-	1.804
Cessão de créditos (a)	-	86.425	-	-
Reversão de provisões trabalhistas	11.372	-	-	-
Outras receitas e despesas	1.473	604	(431)	(254)
Total	8.159	72.471	(13.735)	(19.648)

- (a) Valor líquido de PIS e Cofins e custos de transação referente a cessão parcial de direitos creditórios litigiosos da controlada UP Offshore.
- (b) Reversões referente a controlada UP após análise atualizada de prognósticos de processos trabalhistas provisionados desde a aquisição da empresa em 2021.

Política contábil

Reconhecimento de despesas – As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são ativadas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

28. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Rendimentos de aplicações financeiras	28.987	20.683	23.744	13.049
Variações cambiais	25.059	60.102	13.938	15.164
Juros	5.292	7.869	2.433	5.320
Outras receitas	2.446	9.386	1.302	5.320
Receitas financeiras	61.784	98.040	41.417	38.853
Juros e encargos bancários	(183.564)	(178.414)	(177.810)	(171.063)
Variações cambiais	(127.878)	(48.265)	(52.078)	(4.757)
Juros e encargos - arrendamentos	(4.661)	(10.636)	(22.929)	(17.324)
Desconto de duplicatas	-	(1.211)	-	(1.100)
Outras despesas	(13.666)	(10.364)	(9.863)	(7.398)
Despesas financeiras	(329.769)	(248.890)	(262.680)	(201.642)
Resultado líquido financeiro	(267.985)	(150.850)	(221.263)	(162.789)

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores contabilizados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 estão discriminados a seguir.

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes do IRPJ e CSLL	11.526	124.394	10.409	85.445
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à alíquota vigente	(3.919)	(42.294)	(3.539)	(29.051)
Efeito sobre equivalência patrimonial	-	(26)	(22.082)	15.770
Efeito sobre prejuízo fiscal não reconhecido	(21.799)	(18.127)	-	-
Compensação de prejuízo fiscal	-	7.989	-	-
Efeito sobre outros saldos	(1.406)	1.379	(385)	1.151
IRPJ e CSLL	(27.124)	(51.079)	(26.006)	(12.130)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(19.000)	(52.965)	(11.168)	(26.715)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(8.124)	1.886	(14.838)	14.585

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes – O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício apurado com base na legislação em vigor. Os passivos fiscais correntes da Companhia e suas controladas são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

A Administração entende que os saldos de contas a receber e a pagar entre partes relacionadas e o saldo de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, este último atrelado ao dólar, possuem condições pactuadas que são específicas para esta natureza de transação e assim sendo julgam que os saldos contábeis se aproximam de seus valores justos. Os saldos de empréstimos com bancos privados são pactuados a taxas de mercado vigentes vinculadas ao CDI e TJLP, conforme o caso e, portanto, refletem o valor atual de mercado. Os valores justos dos demais instrumentos financeiros detidos pela Companhia e suas controladas se aproximam de seus respectivos valores contábeis considerando as suas naturezas, prazos de vencimento e expectativas de perdas.

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

Instrumento Financeiro	Categoria e forma de mensuração
Caixa e bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Custo amortizado
Clientes	Custo amortizado
Empréstimos a partes relacionadas	Custo amortizado
Outros valores a receber, exceto despesas antecipadas	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos ao custo amortizado
Credores por financiamento	Outros passivos ao custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos ao custo amortizado
Debêntures a pagar	Outros passivos ao custo amortizado
Passivo de arrendamento	Outros passivos ao custo amortizado
Empréstimos de partes relacionadas	Outros passivos ao custo amortizado

a) Risco de taxa de câmbio

A OceanPact contrata, quando necessário, instrumentos financeiros passivos que podem gerar impacto nos fluxos de caixa futuros advindos de alterações significativas das taxas de câmbio do dólar norte americano em relação ao real. Estas operações estão concentradas em arrendamentos, fornecedores e empréstimos e financiamentos, com maior destaque para esta última que possui saldo a pagar relevante.

De forma a se proteger das variações passivas apontadas anteriormente, a OceanPact ao celebrar contratos com a Petrobras atrela parte da receita à variação do dólar norte americano, sendo o valor variável de acordo com as necessidades identificadas. Além disso, conforme mencionado anteriormente nesta nota explicativa, realiza eventualmente operações de proteção (“hedge accounting”) para adequar custos e receitas em moeda estrangeira. A Administração monitora as evoluções nas taxas cambiais e os possíveis impactos das mesmas sobre suas operações.

b) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros sobre suas aplicações financeiras atreladas ao CDI e sobre determinados saldos passivos de empréstimos e financiamentos, atrelados à CDI e TJLP, conforme o caso, e a Administração monitora os patamares e expectativas da taxa CDI e da TJLP e os possíveis impactos sobre suas operações.

c) Risco de mercado

Em termos consolidados, o cliente Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. representou 60% do total da receita bruta consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, em conjunto com outras empresas do Grupo Petrobras (Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.), representou 64% da receita bruta consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

d) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (não descontado):

	Consolidado		Controladora	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Até 1 ano	103.375	110.712	65.495	95.706
Fornecedores	103.375	110.712	65.495	95.706
Até 1 ano	57.556	72.298	27.491	44.050
De 1 a 2 anos	87.421	78.560	41.755	42.189
De 2 a 5 anos	193.585	87.700	92.463	10.809
Após 5 anos	-	78.935	-	5.407
Empréstimos e financiamentos	338.562	317.493	161.709	102.455
Até 1 ano	200.000	222.172	200.000	222.172
De 1 a 2 anos	608.333	273.259	608.333	273.259
De 2 a 5 anos	250.665	456.994	250.665	456.994
Debêntures a pagar	1.058.998	952.425	1.058.998	952.425
Até 1 ano	4.260	20.659	63.595	61.354
De 1 a 5 anos	14.242	15.264	72.169	132.209
Após 5 anos	55.084	58.600	55.084	58.600
Passivo de arrendamentos	73.586	94.523	190.847	252.163

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22, os empréstimos com partes relacionadas possuem prazo indeterminado e, portanto, não foram incluídos no demonstrativo acima.

e) Tabelas de sensibilidade

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste demonstrativo, assumindo que os valores dos ativos e passivos a seguir estivessem em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

Variação Cambial - USD

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía R\$6.826 a pagar a fornecedores estrangeiros atrelado ao dólar. Para fins de consolidado, a OceanPact possuía saldos passivos atrelados ao dólar de fornecedores estrangeiros a pagar de R\$ 21.893 e financiamentos junto ao BNDES de R\$383.983. Esses valores a pagar referente a fornecedores, passivo de arrendamento e financiamento junto ao BNDES são atrelados ao dólar norte-americano, convertidos para reais à taxa vigente.

Os efeitos no resultado antes dos impostos, considerando o encerramento do exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2024, estão demonstrados a seguir, tendo como expectativa de mercado dados do boletim Focus (BACEN) divulgado em 17 de fevereiro de 2025.

Consolidado - 31/12/24	Saldo em R\$	Saldo em USD mil
Operações		
Fornecedores	21.893	3.532
Empréstimos e financiamentos	383.983	61.948

Consolidado	31/12/24	Cenários		
		Provável	25%	50%
Variação de moeda				
Dólar norte-americano	6,20	6,00	7,50	9,00
<u>Impacto no resultado</u>				
Fornecedores	3.532	(701)	4.597	9.895
Empréstimos e financiamentos	61.948	(12.297)	80.625	173.547
Despesa (receita)		(12.998)	85.222	183.442

Controladora - 31/12/24	Saldo em R\$	Saldo em USD mil
Operações		
Fornecedores	6.826	1.101
Empréstimos e financiamentos	178.444	28.788

Controladora	Cenários			
Varição de moeda	31/12/24	Provável	25%	50%
Dólar norte-americano	6,20	6,00	7,50	9,00
Impacto no resultado				
Fornecedores	1.101	(219)	1.433	3.085
Empréstimos e financiamentos	28.788	(5.714)	37.468	80.650
Despesa (receita)		(5.933)	38.901	83.735

Taxa de juros - CDI

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuem saldos ativos e passivos consolidados atrelados à taxa CDI, compostos basicamente por títulos e valores mobiliários, equivalentes de caixa, debêntures e empréstimos e financiamentos.

Os efeitos no resultado antes dos impostos, considerando o encerramento do exercício social de 2024, contendo tal análise, estão demonstrados a seguir, tendo como expectativa de mercado dados do boletim Focus (BACEN) divulgado em 17 de fevereiro de 2025.

Consolidado	Saldo em 31/12/24	Indexador
Operações		
Equivalentes de Caixa	18.424	100% do CDI
Títulos e valores mobiliários	525.305	100% do CDI
Debêntures a pagar	1.218.786	CDI + 5,28 a.a. (*)
Empréstimos e financiamentos	53.053	CDI + 3,91% a.a. (*)

(*) Indexador médio ponderado dos saldos atrelados ao CDI.

Consolidado	Cenários			
Varição de taxa de juros	31/12/24	Provável	25%	50%
CDI	100% do CDI	15,00% x 100%	11,25% x 100%	7,50 x 100%
Equivalentes de caixa	18.424	(2.764)	(2.073)	(1.382)
Títulos e valores mobiliários	525.305	(78.796)	(59.097)	(39.398)
Despesa (receita)		(81.560)	(61.170)	(40.780)

Consolidado	Cenários			
Varição de taxa de juros	31/12/24	Provável	25%	50%
CDI	CDI + 5,28%	15,00% x 5,28%	18,75% + 5,28%	22,50% + 5,28%
Debêntures a pagar	1.218.786	247.170	292.874	338.579
Despesa		247.170	292.874	338.579
CDI	CDI + 3,91%	15,00% x 3,91%	18,75% + 3,91%	22,50% + 3,91%
Empréstimos e financiamentos		10.032	12.022	14.011
Despesa		10.032	12.022	14.011
Efeito líquido total exposição CDI Despesa		175.642	243.726	311.810

Controladora	Saldo em 31/12/24	Indexador
Operações		
Equivalentes de Caixa	771	100% do CDI
Títulos e valores mobiliários	444.810	100% do CDI
Debêntures a pagar	1.218.786	CDI + 5,28% a.a. (*)
Empréstimos e financiamentos	43.899	CDI + 3,91% a.a. (*)

(*) Indexador médio ponderado dos saldos atrelados ao CDI.

Controladora	31/12/24	Cenários		
Variação de taxa de juros		Provável	25%	50%
CDI	100% CDI	15,00% x 100%	18,75% + 5,28%	22,50% + 5,28%
Equivalentes de Caixa	771	(116)	(87)	(58)
Títulos e valores mobiliários	444.810	(66.722)	(50.041)	(33.361)
Despesa (receita)		(66.838)	(50.128)	(33.419)

Controladora	31/12/24	Cenários		
Variação de taxa de juros		Provável	25%	50%
CDI	CDI + 5,28%	15,00 % + 5,28%	18,75 % + 5,28%	22,50 % + 5,28%
Debêntures a pagar	1.218.786	247.170	292.874	338.579
Despesa		247.170	292.874	338.579
CDI	CDI + 3,91%	15,00 % + 3,91%	18,75 % + 3,91%	22,50 % + 3,91%
Empréstimos e financiamentos	43.899	8.301	9.948	11.594
Despesa (receita)		8.301	9.948	11.594
Efeito líquido total exposição		188.633	252.694	316.754

Taxa de juros - TJLP

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuem saldos passivos consolidados atrelados à TJLP, compostos basicamente por empréstimos e financiamentos. Tais saldos, em 31 de dezembro de 2024 apresentam uma exposição passiva de R\$12.946 na controladora e no consolidado.

Com base na divulgação pelo BNDES foi obtida o valor atual da TJLP de 7,97%, sendo este definido como cenário provável. A partir desse cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos, sempre deteriorados.

Consolidado e Controladora	Saldo em 31/12/24	Indexador
Operações		
Empréstimos e financiamentos	12.946	TJLP

Consolidado e Controladora	31/12/24	Cenários		
Variação de taxa de juros		Provável	25%	50%
TJLP	TJLP	7,97%	9,96%	11,96%
Empréstimos e financiamentos	12.946	1.032	1.290	1.548
Despesa		1.032	1.290	1.548

Política contábil

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas quando estas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Ativos financeiros – A OceanPact classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Passivos financeiros – Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados, pela Companhia e suas controladas, em duas categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado.
- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos - “Hedge Accounting” – Nos últimos exercícios, a OceanPact contratou instrumento financeiro derivativo a termo através da operação de ‘Non Deliverable Forward’ (NDF). Essa operação se qualifica para contabilização de “hedge” e visa mitigar os efeitos da variação cambial no resultado operacional da Companhia através da proteção de uma parcela de seu faturamento oriundo de contratos já firmados com seus clientes e altamente prováveis de realização. Na data de vencimento, a liquidação é dada pela diferença entre a taxa a termo contratada e a taxa de mercado definida como referência. Tem-se com esta operação o objetivo de eliminar, parcialmente, o impacto da variação das receitas atreladas ao dólar na geração de caixa operacional, trazendo maior previsibilidade aos fluxos de caixa da Companhia.

A operação contratada foi designada no momento inicial como “hedge de fluxo de caixa”, sendo reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até o momento da sua liquidação. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes serão transferidos para a demonstração do resultado quando a transação objeto de “hedge” afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa objeto de “hedge” for reconhecida.

Compensação de instrumentos financeiros – Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado somente se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Estimativas e premissas contábeis significativas

Valor justo de instrumentos financeiros – Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para essas técnicas se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar os valores justos apresentados dos instrumentos financeiros.

Mensurações do valor justo e processos de avaliação – Alguns dos ativos e passivos da Companhia e suas controladas podem ser mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, são usados dados observáveis do mercado na medida em que estejam disponíveis. Quando não há informações de Nível 1 disponíveis, outras técnicas de avaliação são utilizadas e informações adequadas ao modelo.

Os ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos em combinações de negócio têm seus valores justos mensurados na data da aquisição. Determinadas premissas são adotadas pelos avaliadores para determinação de tais valores justos. A contraprestação contingente em combinações de negócios e ativos financeiros não derivativos mantidos para negociação são particularmente sensíveis a mudanças em um ou mais dados observáveis considerados razoavelmente possíveis no próximo exercício.

31. SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar seguros em montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

Em 31 de dezembro de 2024, as principais apólices de seguro contratadas com terceiros que a Companhia e suas controladas possuem são as seguintes:

Natureza do seguro / item segurado	Seguradora	Vigência até (a)	Valor segurado
Responsabilidade Civil Geral	Fairfax	Jun/2025	R\$ 30.000.000,00
Directors & Officers	Ezze	Abr/25	R\$ 70.000.000,00
Patrimonial Bases	Sombrero	Out/2025	R\$ 100.000.000,00
Patrimonial Escritórios	Chubb	Set/2025	R\$ 22.044.529,00
Risco de Petróleo RC	Tokio	Jul/2025	USD 15,000,000.00
Risco de Petróleo DM	Fairfax	Mar/2025	USD 32,309,042.40
Casco e Máquina – Embarcações	Fairfax	Jun/2026	USD 429,277,800.00
Protection and Indemnity – Embarcações (Clube P&I (b))	West of England	Nov/2025	USD 8,900,000,000.00

(a) As apólices de seguro contratadas pela OceanPact são renovadas anualmente.

(b) Seguro de responsabilidade civil relacionado a frota, com cobertura de sinistro no valor máximo indenizável de, aproximadamente, R\$55 bilhões (US\$8,9 bilhões), limitado a, aproximadamente, R\$6,1 bilhões (US\$1 bilhão) para danos ambientais envolvendo poluição.

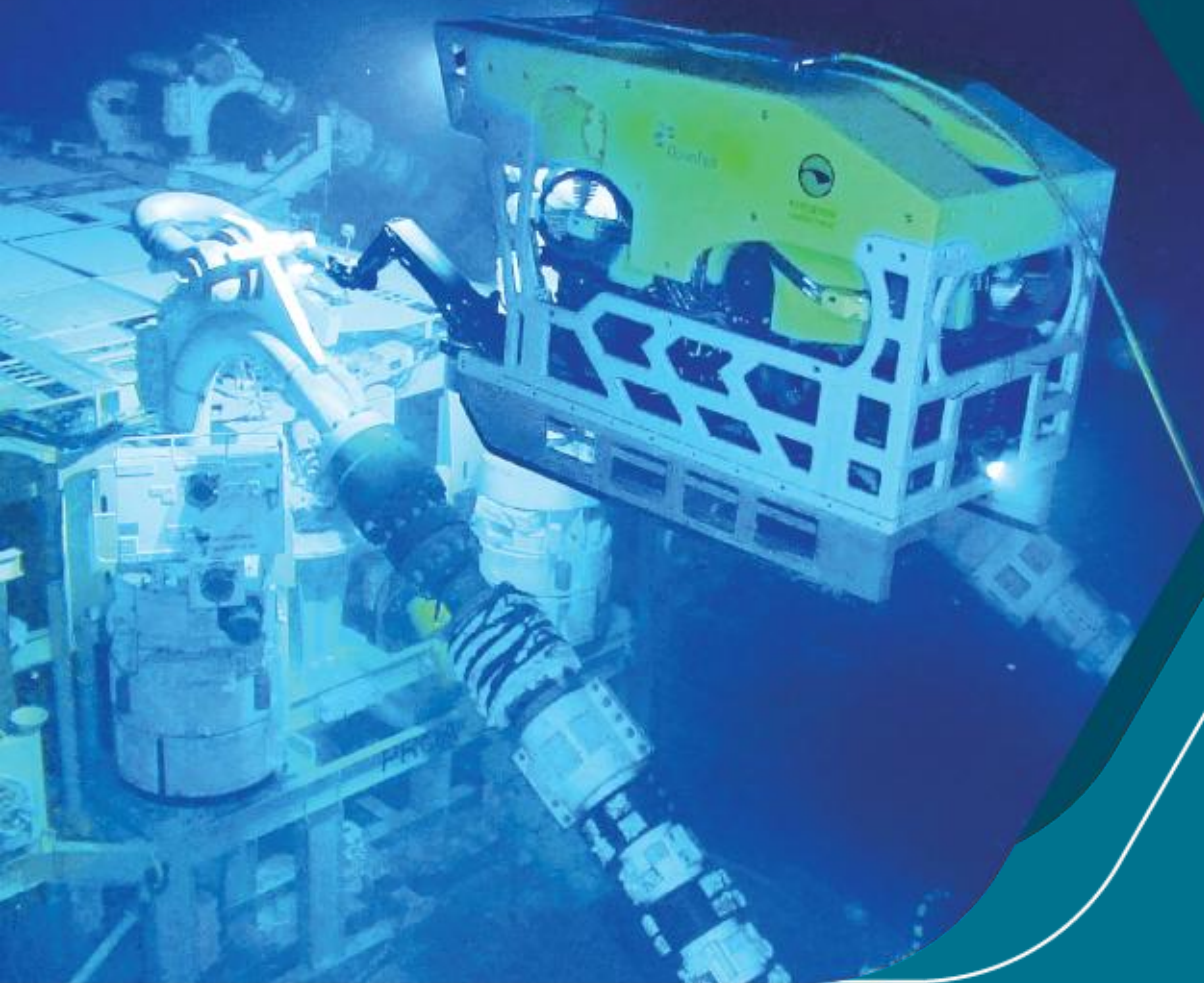
32. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As transações apresentadas a seguir não envolveram caixa nos períodos apresentados:

- No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia teve adições de imobilizado não pagas, no valor de R\$ 4.829 na controladora e R\$ 6.792 no consolidado.
- No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia compensou o valor de R\$ 10.148 de empréstimos a pagar com faturas em aberto com a controlada OCP Navegação.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 2 de janeiro, a Companhia adquiriu 95% do capital social da Aiuká Consultoria em Soluções Ambientais S.A. por R\$ 6,8 milhões. A empresa é especializada em planejamento, resgate e reabilitação de fauna silvestre afetada por derramamentos de petróleo e outras crises ambientais. A operação fortalece o portfólio de serviços da OceanPact, ampliando sua atuação no segmento de proteção ambiental.



26/02/24

Relatório da Administração

2024

O Relatório da Administração busca atender aos normativos vigentes, como a Lei nº 6.404/1976 e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Além disso, as informações financeiras contidas nesse relatório são elaboradas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As informações operacionais e financeiras de 2024, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R\$), com base nos valores consolidados.

Aviso
Importante



R\$ 3,2 bilhões

de **adições ao backlog** com a assinatura de **novos contratos** de embarcações e serviços em 2024.



R\$ 153 mil

de **diária líquida média** em 2024.
Crescimento de **17%** em relação a 2023.



R\$ 1,7 bilhão

de **Receita Líquida** no ano.
Crescimento em bases comparáveis¹ de **11%** em relação a 2023.



R\$ 531 milhões

de **EBITDA ajustado** em 2024.
Crescimento em bases comparáveis² de **17%** em relação a 2023.

Nota 1: Exclui as receitas da parceria com a Reach
Nota 2: Exclui Cessão de Créditos Judiciais e Reversão de Provisões

Destaques
do Ano 2024

Caro leitor,

É com grande satisfação que compartilho as conquistas e os avanços da OceanPact no ano de 2024. Este foi um ano de intensos trabalhos para nós, sendo o primeiro do ciclo de negociação de novos contratos de longo prazo das nossas embarcações, um ano também de bons resultados nos contratos de serviços, e de novas oportunidades como os BIDs de descomissionamento.

Sobre o início do ciclo de negociação de novos contratos para as embarcações, a Companhia assegurou em 2024 novos contratos para 5 PSVs e OSRVs, todos já operando nas novas diárias desde o 4T24, além de um novo contrato para nosso OTSV, com início previsto para meados de 2025, e extensões contratuais de 3 RSVs. Os novos contratos contribuíram para que a diária líquida média do ano ficasse em R\$ 153 mil, 16% maior que 2023, refletindo a elevada demanda por embarcações de apoio, movimento que ocorre tanto no Brasil, quanto nos principais mercados globais.

O segmento de Serviços, por sua vez, teve em 2024 um ano de sólidos resultados, entregando 36% de margem Ebitda, 9 pontos percentuais acima do ano anterior, e elevando sua participação no share do EBITDA consolidado do grupo de 34% em 2023 para 44% em 2024. O resultado demonstra o acerto da estratégia da Companhia de direcionar investimentos para a área Subsea com os ROVs próprios. Cabe também destacar, o crescimento dos negócios de Consultoria e de Logística, que em 2024 assinou um importante contrato com a Equinor para utilização da nossa base de apoio no Porto do Açu.

A combinação dos bons resultados apresentados pelos dois segmentos gerou um EBITDA Consolidado de R\$ 531 milhões em 2024. Ao longo dos próximos 2 anos, a continuidade da celebração de novos contratos de longo prazo com rentabilidade adequada e o foco na eficiência operacional deverá fazer com que um novo patamar de EBITDA seja atingido em 2027, proporcionando uma forte e sustentável geração de caixa.

É gratificante notar que o mercado já vem reconhecendo o bom trabalho na condução dos negócios da Companhia. Embora a ação ainda esteja bastante depreciada, do lado do crédito a Companhia fez duas emissões de debêntures em 2024 que propiciaram um fechamento da sua curva de spreads, uma de R\$ 300 milhões a CDI+2,95% e outra de R\$ 500 milhões a CDI+2,50%, sendo que parte dos recursos foram utilizados para realizar a recompra antecipada de dívidas mais onerosas.

As boas notícias não vêm apenas dos segmentos tradicionais: recentemente a Companhia foi agraciada com o prêmio “Innovation of the Year”, concedido na Offshore Support Journal Awards, uma das premiações mais relevantes do setor. O reconhecimento foi para a plataforma OceanPact Digital, e demonstra a visão da OceanPact de encontrar alternativas na tecnologia para oferecer serviços diversos e inovadores, que gerem valor para seus diferentes clientes.

Mensagem
do Conselho

Olhando para os próximos anos, o cenário continua bastante promissor. O recente leilão de RSVs apresentou diárias em média 50% maiores do que aquelas apresentadas no último bid realizado no final de 2023. São esperados ainda bids futuros de contratos de serviço para programas de inspeção de dutos flexíveis e dutos rígidos, que demandarão mais barcos e serviços subsea. Adicionalmente, no plano estratégico da Petrobras para o período de 2025 a 2029, foi divulgada a meta de descomissionamento de 10 plataformas até 2029 e outras 58 após 2030. Esse movimento reforça a demanda por serviços especializados de descomissionamento e embarcações de apoio, áreas em que a OceanPact possui expertise e capacidade de atuação.

Além dos resultados financeiros e operacionais, continuamos comprometidos com nossa agenda de sustentabilidade. Em 2024, demos continuidade a projetos que promovem a preservação ambiental e o desenvolvimento social, e incorporamos a empresa Aiuká, visando complementar nossa oferta de serviços de Consultoria Ambiental e reforçando nosso papel como agente de transformação positiva.

Gostaria de encerrar minha mensagem agradecendo aos colaboradores, clientes, acionistas e parceiros por sua contribuição em mais um ano de caminhada da OceanPact. Com uma equipe dedicada, uma estratégia clara e um mercado em expansão, estamos confiantes de que continuaremos a capturar as melhores oportunidades e a entregar resultados consistentes nos próximos anos.

Atenciosamente,

LUIS ANTONIO GOMES ARAUJO

Presidente do Conselho de Administração



DESTAQUES FINANCEIROS / OPERACIONAIS (em R\$ milhões, exceto %)	2024	2023	Δ ANO
Receita Líquida	1.721	1.649	4%
Receita Parceria Reach	85	175	-52%
Receita Líquida Ex - Receita Reach	1.636	1.474	11%
EBITDA Ajustado	531	522	2%
Cessão de Créditos Judiciais (CCJ)	-	86	NA
Reversão de Provisões (RP)	23	-	NA
EBITDA Ajustado Ex - RP e CCJ	508	435	17%
EBITDA Ajustado Embarcações	285	288	-1%
EBITDA Ajustado Serviços	223	147	52%
Margem EBITDA Ajustada Ex - Receita Reach	31%	30%	1 p.p.
Dívida Bruta Bancária	1.669	1.138	47%
Caixa e títulos e valores mobiliários	(544)	(264)	106%
Dívida Líquida Bancária	1.125	874	29%
Dívida Líquida Bancária / EBITDA Ajustado LTM (Covenant) ¹	2,02	1,63	NA
Lucro (Prejuízo) líquido	(16)	73	NA
Capex	400	313	28%
Taxa de Ocupação da Frota Operacional	79%	87%	-8 p.p.

Nota 1: Dívida Líquida Bancária / EBITDA Ajustado para cálculo do Covenant considera endividamento com (i) dólar médio do ano BNDES; (ii) novos Afretamentos/Arrendamentos e (iii) instrumentos financeiros de Hedge, enquanto no EBITDA Ajustado exclui o efeito de multa de clientes.

Principais
Indicadores



Segmento de Embarcações

Segmento de Embarcações

DRE OCEANPACT - EMBARCAÇÕES (em R\$ milhões, exceto %)	2024	2023	Δ ANO
Frota operacional média (a)	23	23	1%
Período - dias (b)	366	365	-
Dias disponíveis (c = a * b)	8.498	8.402	1%
Taxa de Ocupação (d)	79%	87%	-8 p.p.
Dias Ocupados (e = c * d)	6.716	7.287	-8%
Diária Média - R\$ mil (f)	153	131	17%
Receita da Frota operacional (g = e * f)	1.026	955	7%
Parceria Reach/Shearwater (Receita Reach) (h)	85	175	-52%
Receita Líquida de Embarcações (i = g + h)	1.111	1.130	-2%
Custo de Embarcações	(913)	(916)	0%
Lucro Bruto	198	214	-8%
Margem Bruta Ex - Receita Reach	18%	19%	-1 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(116)	(108)	7%
Outros Resultados	8	62	NA
EBIT	89	168	-47%
Margem EBIT Ex - Receita Reach	9%	18%	-9 p.p.
Depreciação e Amortização	226	206	9%
EBITDA	315	374	-16%
Margem EBITDA Ex - Receita Reach	31%	39%	-8 p.p.
Ajustes de EBITDA ¹	(8)	-	NA
EBITDA Ajustado	308	374	-18%
Cessão Parcial de Créditos Judiciais (CCJ) e Reversão de Provisões (RP)	(23)	(86)	NA
EBITDA Ajustado Ex - RP e CCJ	285	288	-1%
Margem EBITDA Ajustada Ex - RP, CCJ e Receita Reach	28%	30%	-2 p.p.

Nota 1: Ajustes de EBITDA de R\$ -8 milhões no ano de 2024 referem-se à reversão parcial de provisões na Aquisição da UP Offshore registradas na controladora.

Desempenho Operacional

Frota operacional: Em 2024, a frota operacional média do Segmento de Embarcações gerando receita foi de 23 barcos, em linha com o número de 2023.

Taxa de ocupação: A taxa de ocupação em 2024 registrou uma redução de 8 pontos percentuais em comparação a 2023, passando de 87% para 79%. Esse declínio foi influenciado pela alta concentração de docagens e adequações contratuais necessárias para o início de novos contratos em 2024, enquanto 2023 registrou poucos vencimentos de contratos de embarcações contribuindo para a elevada taxa de ocupação naquele ano.

Diária líquida média: No ano de 2024, a Companhia registrou um crescimento de 17% em sua diária líquida média, passando de R\$ 131 mil em 2023 para R\$ 153 mil em 2024. Esse aumento reflete os reajustes nas diárias de novos contratos, como os das embarcações Rubi, Ilha de Santana, Jim O'Brien, Fernando de Noronha e Macaé, além das extensões de contratos existentes, que também tiveram diárias reajustadas, como nos casos do Parcel das Paredes, Parcel dos Meros e Parcel do Badejo.



Receita Líquida e EBITDA do Segmento de Embarcações

Receita de Embarcações ex-Reach: Em 2024, a receita líquida em bases comparáveis apresentou um crescimento de 7% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 1.026 milhões, contra R\$ 955 milhões em 2023. Esse desempenho poderia ter sido ainda maior, não fosse a redução de 8 pontos percentuais na taxa de ocupação, que recuou de 87% para 79%, em função das adequações de embarcações para novos contratos. Porém são esses novos contratos que contribuíram para o aumento de 17% na diária líquida média, passando de R\$ 131 mil para R\$ 153 mil, e sendo o principal fator de crescimento da Receita.

Receita Líquida de Embarcações: A Receita Líquida de Embarcações contempla a Receita da Frota Operacional, cujas variações foram explicadas acima, e a Receita proveniente da parceria entre a OceanPact e a empresa norueguesa Reach. Essa parceria envolve o afretamento de uma embarcação tripulada da Reach para prestação de serviços a clientes. O projeto teve início em março de 2023, gerando uma receita líquida de R\$ 175 milhões naquele ano. Em 2024, a Companhia deu início a uma nova campanha seguindo o mesmo molde da parceria anterior, com a Equinor como cliente, em substituição à Shearwater. Essa nova parceria resultou em uma receita líquida de R\$ 85 milhões no ano.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada de Embarcações:

Para analisar o EBITDA de 2024 e 2023 na mesma base de comparação, se faz necessário eliminar o efeito contábil da reversão de provisões da UP no valor de R\$ 23 milhões de 2024 e o montante de R\$ 86 milhões referentes a Cessão Parcial dos Créditos Judiciais de 2023. Excluindo esses efeitos, o EBITDA ajustado de 2024 foi 1% inferior ao de 2023, passando de R\$ 288 milhões para R\$ 285 milhões.

A margem EBITDA Ajustada ex-Reach de Embarcações em 2024 foi de 28%, apresentando uma queda de 2 pontos percentuais em bases comparáveis em relação ao ano anterior.



Segmento de Serviços

Segmento de Serviços

Até o ano de 2023 os resultados da área de Subsea (ROVs) eram reportados no Segmento de Embarcações, contudo, a partir do 1T24 a Companhia passou a reportar no segmento de Serviços, visando refletir a nova estrutura de gestão da empresa:

Com esta nova segmentação, o segmento de serviços passa a se dividir em 3 principais unidades de negócio:

(i) Subsea e Geociências; (ii) Oil Spill Response; e (iii) Consultoria e Outros.

DRE OCEANPACT - SERVIÇOS (em R\$ milhões, exceto %)	2024	2023	Δ ANO
Receita Líquida de Serviços	613	543	13%
UN Subsea & Geociências	414	326	27%
UN Oil Spill Response	119	126	-5%
UN Consultoria & Outros	80	91	-12%
Custo de Serviços	(349)	(381)	-8%
Lucro Bruto	264	162	63%
Margem Bruta	43%	30%	13 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(75)	(59)	26%
Outros Resultados	1	5	NA
EBIT	190	107	77%
Margem EBIT	31%	20%	11 p.p.
Depreciação e Amortização	33	40	-18%
EBITDA	223	147	51%
Margem EBITDA	36%	27%	9 p.p.
Ajustes de EBITDA	-	(0)	NA
EBITDA Ajustado	223	147	52%
Margem EBITDA Ajustada	36%	27%	9 p.p.



Receita Líquida e EBITDA ajustado do Segmento de Serviços

A receita líquida de 2024 alcançou R\$ 613 milhões, representando um crescimento de 13% em relação aos R\$ 543 milhões registrados em 2023. Esse aumento é, em grande parte, explicado pelo novo contrato de inspeção de amarras, iniciado em 2024, com o ROV Supporter 20 a bordo da embarcação Austral Abrolhos, sendo parcialmente compensado pela queda das UNs de Consultoria & Outros, em virtude da venda da Servmar, e Oil Spill Response, em menor escala.

No ano de 2024, o EBITDA ajustado alcançou R\$ 223 milhões, contra R\$ 147 milhões em 2023, representando um avanço de 52% entre os períodos. Esse crescimento é atribuído aos mesmos fatores explicados na análise da receita líquida, bem como à alienação da Servmar em dezembro de 2023.

A margem EBITDA ajustada do segmento de Serviços em 2024 foi de 36%, comparada a 27% em 2023.



Resultado Consolidado

Receita Líquida e EBITDA ajustado

R\$ MILHÕES	2024	2023	Δ ANO
Receita líquida (ex - Reach)	1.636	1.474	11%
Custos e despesas (ex - Reach)	(1.377)	(1.278)	8%
Pessoal	(612)	(566)	8%
Depreciação e amortização ¹	(249)	(238)	5%
Viagens, transportes e refeições	(64)	(60)	7%
Aluguéis e afretamentos	(20)	(30)	-32%
Serviços de terceiros	(166)	(126)	32%
Insumos e manutenção	(225)	(233)	-4%
Tributos e despesas legais	(6)	(5)	11%
Outros custos e despesas	(36)	(21)	72%
Outros resultados	8	67	NA
Depreciação e amortização total	259	247	5%
EBITDA ex-Reach	526	509	3%
EBITDA Reach	12	13	-2%
Ajustes de EBITDA ²	(8)	(0)	NA
EBITDA Ajustado	531	522	2%
Cessão de Créditos Judiciais (CCJ)	-	(86)	NA
Reversão de Provisões (RP)	(23)	-	NA
EBITDA Ajustado Ex - RP e CCJ	508	435	17%
Margem EBITDA Ajustada Ex - RP, CCJ e Receita Reach	31%	30%	1 p.p.

Nota 1: Contempla créditos PIS / COFINS sobre a depreciação.

Nota 2: Ajustes de EBITDA de R\$ -8 milhões no ano de 2024 referem-se à reversão parcial de provisões na Aquisição da UP Offshore registradas na controladora.

No ano de 2024, a receita líquida ex-Reach consolidada alcançou R\$ 1.636 milhões, representando um aumento de 11% em relação aos R\$ 1.474 milhões registrados em 2023. Esse desempenho reflete a combinação da performance positiva no segmento de Embarcações, com o aumento das diárias, e o avanço no segmento de Serviços, impulsionado principalmente pela UN Subsea.

Já o EBITDA Ajustado consolidado da Companhia, excluindo o efeito da venda dos créditos judiciais e Reversões de Provisões, alcançou R\$ 508 milhões, com uma margem EBITDA ajustada ex-Reach de 31%, representando um aumento de 17% em relação ao EBITDA Ajustado de 2023, quando a margem EBITDA ajustada ex-Reach foi de 30%.



Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas

R\$ MILHÕES	2024	2023	Δ ANO
Receita líquida (ex-Reach)	1.636	1.474	11%
Custos e despesas (ex-Reach)	(1.377)	(1.278)	8%
Custos dos serviços	(1.187)	(1.111)	7%
Despesas gerais e administrativas	(191)	(167)	14%
% despesas / receita líquida	12%	11%	1 p.p.

Entre os anos de 2023 e 2024, os Custos aumentaram 7% e as Despesas gerais e administrativas cresceram 14%, ficando o percentual de SG&A sobre a receita líquida 1 ponto percentual acima na comparação anual, passando de 11% em 2023 para 12% em 2024.

Os principais fatores que contribuíram para esse crescimento dos Custos e Despesas foram o reajuste dos custos e despesas com pessoal pelos acordos sindicais, que é aplicado todo ano a partir do mês de fevereiro, e pela marcação a mercado do valor dos planos de remuneração em ações da Companhia, que refletem a valorização do preço da ação.



Resultado Financeiro

R\$ MILHÕES	2024	2023	Δ ANO
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	29	21	40%
Juros	5	8	-33%
Outras receitas	2	9	-74%
Total	37	38	-3%
Despesas financeiras			
Juros e encargos bancários	(184)	(178)	3%
Juros e encargos - arrendamentos	(5)	(11)	-56%
Desconto de duplicatas	-	(1)	-100%
Outras despesas	(14)	(10)	32%
Total	(202)	(201)	1%
Variações cambiais	(103)	12	NA
Resultado financeiro líquido	(268)	(151)	78%

Em 2024, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 268 milhões, registrando um aumento de 78% em relação ao resultado negativo de R\$ 151 milhões de 2023. A principal razão para essa elevação foi a variação cambial durante o ano, saindo de um resultado positivo de R\$ 12 milhões em 2023, para um resultado negativo de R\$ 103 milhões.

Resultado Líquido

R\$ MILHÕES	2024	2023	Δ ANO
EBITDA Ajustado	531	522	2%
Ajuste de EBITDA ¹	8	0	NA
EBITDA	538	522	3%
Depreciação e amortização	(259)	(247)	5%
Variação cambial	(103)	12	NA
Resultado financeiro	(165)	(163)	2%
EBT (Lucro Antes dos Impostos)	12	124	-91%
Tributos sobre o lucro	(27)	(51)	-47%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(16)	73	NA

Nota 1: Ajustes de EBITDA de R\$ 8 milhões no ano de 2024 referem-se à reversão parcial de provisões na Aquisição da UP Offshore registradas na controladora.



No ano de 2024, o prejuízo líquido foi de R\$ 16 milhões, resultado principalmente da variação cambial negativa de R\$ 103 milhões.

Endividamento

R\$ MILHÕES	2024	2023	Δ ANO
Dívida Bruta (inclui arrendamento)	1.709	1.199	42%
% Curto Prazo	16%	23%	-7 p.p.
% Longo Prazo	84%	77%	7 p.p.
Caixa e equivalentes	(544)	(264)	106%
Dívida Líquida (inclui arrendamento)	1.165	935	25%
Arrendamentos de curto e Longo prazo	30	43	-30%
Credor por Financiamento	10	19	-45%
Dívida Líquida Bancária	1.125	874	29%
EBITDA Ajustado	531	522	2%
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	2,19	1,79	0,40
Dívida Líquida Bancária/EBITDA Ajustado	2,12	1,68	0,44
Dívida Líquida Bancária/EBITDA Ajustado (Covenant)¹	2,02	1,63	0,39

Nota 1: Dívida Líquida Bancária / EBITDA para cálculo do Covenant considera endividamento com: (i) dólar médio do ano BNDES; (ii) novos Afretamentos/Arrendamentos e (iii) instrumentos financeiros de Hedge, enquanto no EBITDA Ajustado exclui-se o efeito de multa de clientes.

A Companhia encerrou 2024 com um aumento de 42% na dívida bruta, totalizando R\$ 1.709 milhões, comparado a R\$ 1.199 milhões em 2023. Esse crescimento é atribuído, principalmente, à 6ª emissão de debêntures da Companhia, no valor de R\$ 500 milhões, com taxa de CDI + 2,50%.

A 6ª emissão contribuiu também para que a posição final de caixa e equivalentes encerrasse 2024 com um crescimento de 106% em relação a 2023, passando de R\$ 264 milhões para R\$ 544 milhões.

O indicador Dívida Líquida/EBITDA, calculado conforme as regras de Covenant, ficou em 2,02x ao final de 2024, abaixo do limite de 2,6x estabelecido nos contratos das debêntures.



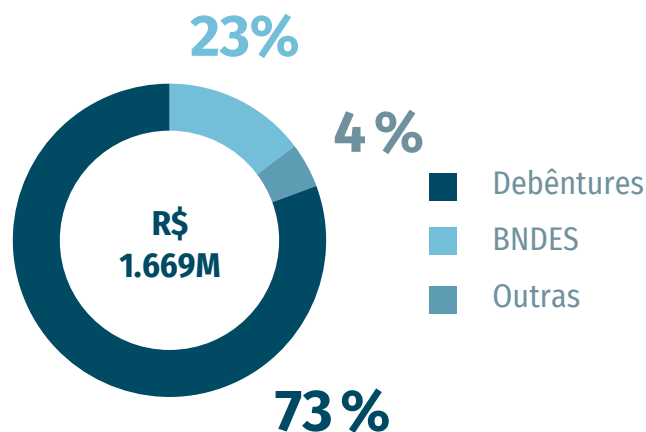
Análise da Dívida Bancária Bruta

Dívida Bruta Bancária Total: R\$ 1.669 milhões

BNDES: R\$ 384 milhões com vencimentos até 2032, custo entre USD +2,80% a USD +3,91%

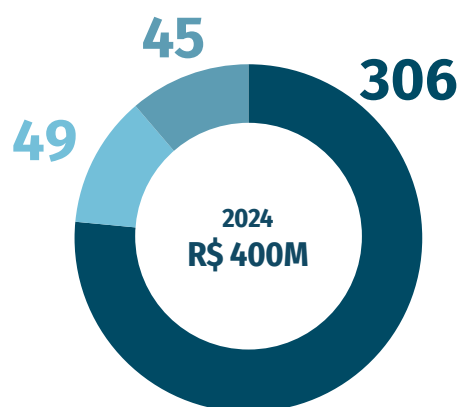
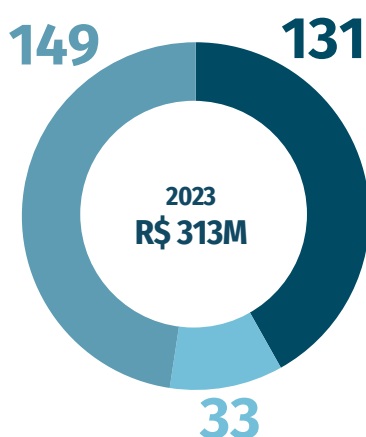
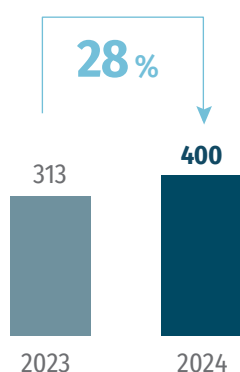
Debêntures: R\$ 1.219 milhões sendo, debênture 4 em duas séries, a 1ª com vencimentos até 2026 a CDI +5,00% e a 2ª com vencimentos até 2028 a CDI +5,75%, debênture 5 com vencimento até 2029 a CDI +2,95% e debênture 6 com vencimento até 2029 a CDI +2,50

Outras: R\$ 66 milhões com vencimentos até 2031.



Investimentos

Capex (R\$ milhões)



No ano de 2024, a Companhia investiu R\$ 400 milhões em docagens, adequações e crescimento, o que significa um aumento de 28% em relação ao valor investido no ano anterior.

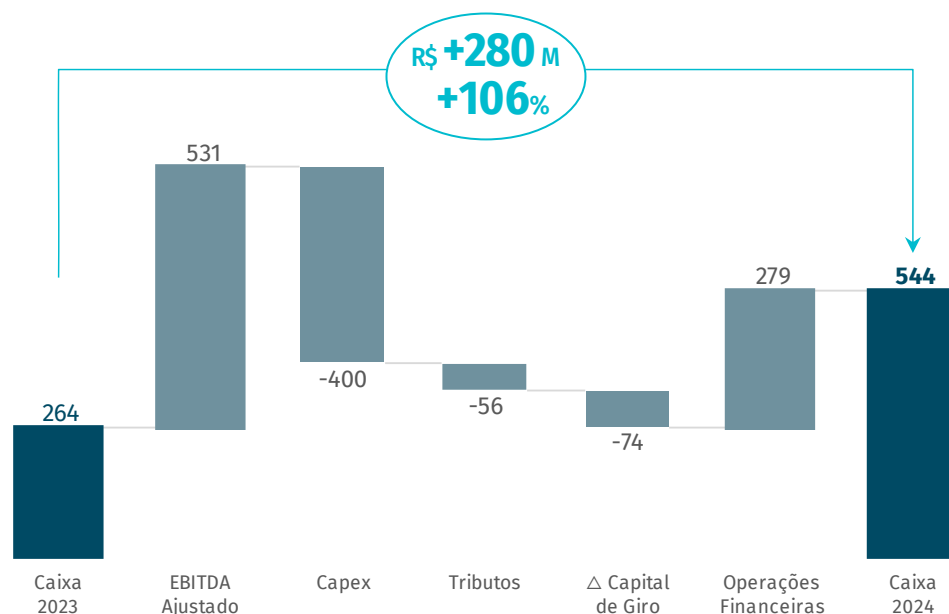
Docagens: R\$ 306 milhões referente às docagens e manutenções das embarcações ao longo do ano.

Adequação de Embarcações: R\$ 49 milhões, principalmente referente ao Capex para preparar as embarcações Ilha de Santana, Rubi, Macaé, Jim O'Brien e Fernando de Noronha para contratos com a Petrobras.

Crescimento: R\$ 45 milhões contemplando a aquisição, em outubro, de 2 ROVs do tipo Work Class.



Fluxo de Caixa



Como apresentado acima, a Companhia encerrou o ano de 2024 com uma posição de caixa de R\$ 544 milhões, representando um incremento de R\$ 280 milhões em relação ao final de 2023. Esse aumento é principalmente devido à 5ª e 6ª emissão de debêntures, sendo parcialmente compensado pelos investimentos em Capex, que totalizaram R\$ 400 milhões. Além disso, houve um impacto negativo de R\$ 74 milhões no Capital de Giro, decorrente dos novos contratos iniciados durante o ano e do menor aproveitamento dos impostos retidos, em virtude do prejuízo líquido do ano.

Relacionamento com auditores independentes

Com o intuito de atender à instrução CVM nº 381/2003, comunicamos que a DELOITTE TOUCHE TOHMATSU foi contratada pela OceanPact Serviços Marítimos S.A para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas referentes ao exercício de 2024. Em conformidade com as normas brasileiras de preservação da independência do auditor externo, não foram contratados pela OceanPact Serviços Marítimos S.A quaisquer outros serviços de consultoria da empresa que prestou o serviço de auditoria externa de seus resultados.



MEIO AMBIENTE - GESTÃO AMBIENTAL

A gestão ambiental é parte do nosso compromisso com a redução de impactos. Monitoramos regularmente indicadores como resíduos sólidos, emissões de gases de efeito estufa e recursos hídricos, utilizando sistemas com inputs periódicos para obter um controle eficiente e aprimorar nossas práticas.

A OceanPact possui diversas chancelas e certificações que atestam sua atuação de forma ambientalmente responsável. Algumas delas são a ISO 9001, que apresenta requisitos para aprimoramento de processos de forma que visem mais segurança e confiança para as empresas; ISO 14001, que contribui na identificação e gestão dos riscos ambientais; e ISM Code, código internacional que orienta a gestão para a operação segura de navios e para a prevenção de poluição. Além disso, nossa sede é classificada como ecofriendly, localizado em edifício com Certificado Leed Gold.

A coleta seletiva está presente em toda a operação da companhia, abrangendo escritórios, bases e embarcações. Em 2024, coletamos 1.113,32 toneladas de resíduos, dos quais 84% foram reciclados ou reaproveitados.

Cientes de que a não geração de resíduos é um pilar fundamental para uma gestão sustentável, a área de Meio Ambiente desenvolveu um projeto voltado para redução da geração de resíduos não recicláveis nas embarcações. Após entender os ofensores à segregação, dificuldades das tripulações e desenvolver ações de conscientização, obtivemos a redução da geração de cerca de 8,15% de resíduos não recicláveis, o que corresponde a 7,58 toneladas a menos se comparados ao ano anterior.

No que se refere ao consumo de água nas embarcações, um levantamento realizado junto à frota permitiu identificar as principais fontes de consumo. Com base nesse diagnóstico, foram implementadas ações de conscientização, incluindo informativos direcionados às áreas mais suscetíveis ao desperdício e um monitoramento contínuo dos dados. Essas iniciativas resultaram em uma redução de 7,34% no consumo de água, superando a meta estabelecida.



SUSTENTABILIDADE - CLIMA

Nosso inventário de gases de efeito estufa engloba todas as nossas atividades, incluindo escritórios, embarcações, bases e demais projetos. Desde 2021, a OceanPact tem seu relatório de emissões auditado por uma terceira parte, tornando nosso processo mais refinado e eficiente e desde 2023, nos tornamos Selo Ouro do Programa Brasileiro do GHG Protocol, alcançando o maior nível de qualidade dos dados e transparência. Em nosso inventário de GEE de 2023 registramos as seguintes emissões:

- **Escopo 1 (emissões diretas): 47.179,18 tCO₂e**
- **Escopo 2 (emissões indiretas): 82,19 t tCO₂e**
- **Escopo 3 (emissões indiretas):**
Diesel das embarcações sob controle operacional do cliente: 124.042,98 tCO₂e

Além disso, identificamos oportunidades de novos negócios associadas ao contexto da transição energética e queremos exercer um papel de protagonismo nesse cenário. Nosso objetivo é participar ativamente desse processo, seja na identificação de possíveis fontes de emissão que possam ser eliminadas, na busca por alternativas de redução, e até mesmo na compensação, com projetos de carbono azul que ajudem a fechar essa equação. Vemos oportunidades não só na redução das emissões de nossas próprias operações, mas principalmente, no desenvolvimento de soluções inovadoras de descarbonização para diversos setores da economia.

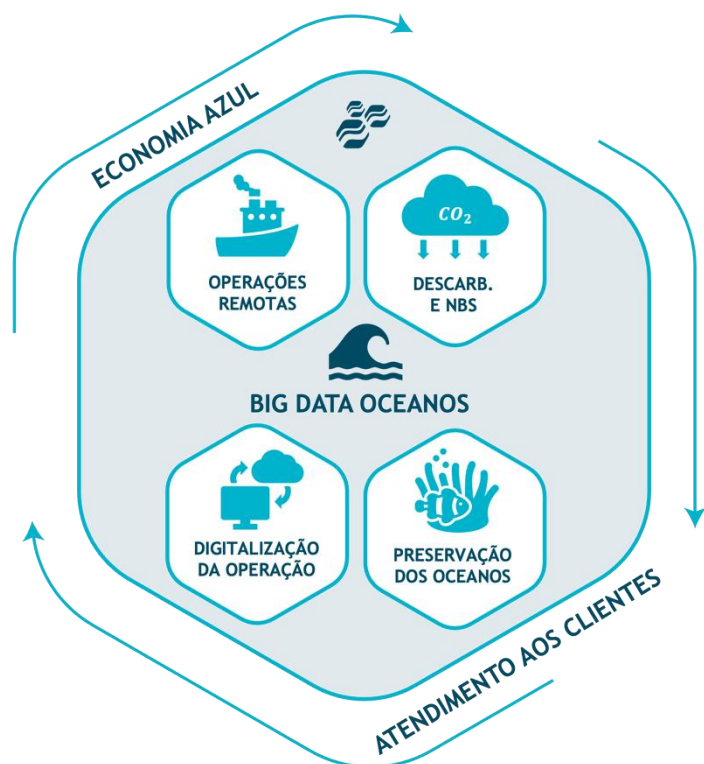


TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Inovação é um dos valores da nossa companhia: “Temos a cabeça aberta para incentivar a criatividade e a inovação. Procuramos permanentemente novas soluções, serviços e processos. Aceitamos os erros que resultam em aprendizado e corrigimos suas causas.”

A empresa possui desde 2013 uma área dedicada a Inovação, criando vários Projetos em sinergia com sua visão, missão e áreas de negócio. Estamos desde 2018 com uma filial no Parque Tecnológico da UFRJ com objetivo de estreitar o relacionamento com a Universidade, centros de pesquisa, laboratórios e startups. Em 2024 ampliamos nossa participação no Parque Tecnológico, com a assinatura de contrato para ocupar um espaço de mais de 2.500m² em um imóvel exclusivo para a empresa.

Em 2024 a empresa reformulou a maneira de categorizar os projetos de inovação nas seguintes linhas temáticas.



- **Digitalização da Operação**

Inovação para geração de eficiência e segurança para nossa operação atual. Projetos feitos em parceria com as unidades de negócio e cujo foco é melhorar nossos resultados.

- **Operações Remotas**

Evolução da nossa operação atual, essencial para estarmos bem-posicionados para atuar junto aos nossos clientes de forma cada vez mais eficiente e minimizando riscos.

- **Descarbonização e NBS**

Descarbonização da própria OceanPact e apoio para nossos clientes nessa agenda, através de soluções no oceano baseadas na natureza. Uma das principais pautas da agenda de sustentabilidade mundial.

- **Preservação dos Oceanos**

Viabilização de operações de exploração em diferentes locais atualmente não explorados a partir de projetos de mitigação do impacto das operações nos oceanos, tanto a partir de uma melhor identificação de manchas de óleo, quanto um estudo mais aprofundado de espécies e novos serviços de proteção ambiental.

- **Big Data do Oceano**

Novos negócios relacionados à captura, processamento e uso de dados Meteoceanográficos, trazendo maior previsibilidade para os eventos, assim como viabilização a exploração de novos mercados a partir da comercialização dos dados. O Big Data dos Oceanos alimenta e é alimentado por todos os temas.

No ano de 2024, a gerência dedicou-se ao apoio e à gestão da inovação em 15 projetos. Além da atuação direta no desenvolvimento técnico de alguns desses projetos, o setor também prestou auxílio estratégico às demais áreas da empresa, garantindo a comunicação e comprovação adequada dos projetos aos órgãos responsáveis. Ademais, o setor realizou atividades de fomento à inovação e buscou oportunidades de investimentos e incentivos fiscais.

Destacamos em 2024 que demos continuidade aos nossos esforços na área de Pesquisa e Desenvolvimento, atuando ao longo do ano em 4 projetos em parcerias com empresas petrolíferas para o desenvolvimento de tecnologias utilizando verbas oriundas de recursos da ANP.

Dentre os demais projetos vale destacar alguns que já foram lançados como por exemplo o aplicativo OceanPact SeaSpot. O aplicativo traz um mapa interativo com as praias na região sul/sudeste com as informações de previsão do tempo com maior precisão e resolução espacial que as alternativas do mercado.

Outra inovação que trouxemos em 2024 foi uma parceria junto ao Campeonato Brasileiro de Surf (DreamTour) trazendo pela primeira vez no mundo uma solução para medir em tempo real a altura das séries de ondas, junto a outras medições meteoceanográficas para trazer em tempo real informações para os atletas e espectadores da competição.





Em 2024 realizamos mais de 12 publicações de artigos e apresentações em feiras e eventos para divulgação dos resultados obtidos em nossos projetos como por exemplo Congresso Latino-Americano de Ciências do Mar – COLACMAR, Rio Oil & Gas – ROG.e, Interspill e revistas como Ocean Modelling, Ocean Engineering e Natural Hazards.

Em 2024 também podemos destacar que obtivemos os primeiros contratos com clientes para fornecimento da nossa plataforma Digital, oferecendo serviços de acompanhamento das operações offshore das embarcações e radares de monitoramento de óleo.



Saúde e Segurança e Qualidade de Vida

A segurança dos nossos colaboradores é a prioridade máxima da nossa operação. Por isso, nosso mapeamento e análise de risco considera primordial a prevenção de acidentes e a constante manutenção dos processos de segurança. Isso se dá por meio do desenvolvimento das lideranças nas competências em saúde e segurança, da gestão de riscos do negócio e operacionais, da manutenção da integridade dos ativos, das auditorias operacionais e das investigações de incidentes.

A qualidade de vida dos colaboradores e a promoção de um ambiente de trabalho saudável é uma das prioridades da nossa gestão. Por isso, buscamos trazer programas que incentivem a saúde e o bem-estar para a nossa rotina, proporcionando um ambiente cada vez mais acolhedor. Parte disso é o P.A.U.S.A – Programa de Ação Unificada pela Saúde - uma iniciativa interna executada pela área de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde (QSMS).

Em 2024, o Programa P.A.U.S.A, em conjunto com a área de Recursos Humanos (RH), promoveu pausas ativas durante a jornada de trabalho com o intuito de aumentar a produtividade, reduzir o esgotamento e aumentar o bem-estar dos colaboradores. O programa de pausas ativas está disponível para todos os colaboradores na sede do grupo, tendo resultados expressivos como um alto nível de engajamento, 97% de percepção de benefício e 89% de recomendação de uso do programa. As pausas ativas continuaram atendendo as Bases Portuárias com intuito de manter a aptidão física e mental na prontidão ao atendimento de emergências.

O Programa P.A.U.S.A. também promoveu o Grupo de Trilhas e Caminhadas, contando com 163 participantes em 5 eventos ao longo de 2024. Além disso, o programa ampliou sua atuação, passando a contar com apoio especializado aos colaboradores portadores de doenças crônicas e às gestantes. A Central de Saúde OceanPact, que faz parte do Programa P.A.U.S.A., oferece assistência social e apoio emocional para seus colaboradores e dependentes 24 horas por dia e 7 dias por semana, e contabilizou 267 atendimentos ao longo do ano.

Ainda dentro do Programa P.A.U.S.A., em conjunto com a diretoria de sustentabilidade, foram promovidas ações sociais com a participação direta dos colaboradores que, através de gameficação, transformaram atividades físicas em pontos convertidos em doações para instituições que atendem crianças e adultos em situação de vulnerabilidade.

Anticorrupção

A OceanPact atua em cumprimento à legislação brasileira e internacional e tem especial atenção às leis antissuborno e anticorrupção. Nosso posicionamento inegociável sobre o assunto está detalhado na nossa Política Anticorrupção e Antissuborno, disponível em nosso site e na intranet.



Somos uma das companhias pioneiras no Brasil, no setor de apoio marítimo, a receber a certificação ISO 37001, selo internacional que atesta o cumprimento das diretrizes de gestão para prevenir, identificar e tratar casos de suborno. A certificação aumenta o nível de confiança dos stakeholders na Companhia, pois demonstra que há uma gestão direcionada para o combate à corrupção e ao suborno em todas as esferas.

Desde a criação do Programa de Integridade (2018), a Companhia oferece vários treinamentos de Compliance ao longo do ano, dentre os quais podemos listar:

- a) **Específicos para Alta Administração:** os temos escolhidos para a alta administração são escolhidos cuidadosamente pela equipe de Compliance e abrangem, por exemplo, combate aos assédios sexual e moral, conflito de interesses, política de não retaliação, dentre outros;
- b) **Pré-embarque** – a cada ciclo de embarque dos marítimos a área de Compliance comparece aos pré-embarques para treinar os colaboradores sobre o Programa de Integridade, bem como para levar temas específicos destinados para esse público;
- c) **Anual:** a cada ano é realizado um treinamento completo destinado a 100% dos colaboradores, onde são realizadas dinâmicas para averiguar a aderência ao Programa, bem como elucidação sobre toda temática que envolve o Compliance – incluindo o processo de investigação;
- d) **Específicos de riscos antissuborno:** esse treinamento é destinado aos colaboradores que estão sujeitos a um risco de suborno maior que baixo. A partir do resultado do estudo de riscos, são verificadas as áreas que estão sujeitas a risco de suborno e elegidos os colaboradores que devem se submeter ao estudo;
- e) **Ambientação:** todo novo colaborador deve – obrigatoriamente – realizar a ambientação de Compliance antes de iniciar suas atividades. O ambiente deste treinamento específico é através da plataforma de ensino à distância para facilitar o acesso e a realização do curso; e para fornecedores e parceiros: anualmente a Companhia realiza treinamento com seus fornecedores e parceiros de negócio, o qual aborda temas sobre combate à corrupção e suborno, comportamento ética, sobre seu Programa de Integridade, bem como incentivar a denúncia em caso de irregularidades ou desvios de ética.

Como parte da estratégia de comunicação para disseminar o canal de denúncias, a Companhia incluiu a referência na página inicial do sítio eletrônico, fixou adesivos em embarcações e bases portuárias, bem como disponibiliza cards de indicação do Canal de Denúncia nas TVs das copas.

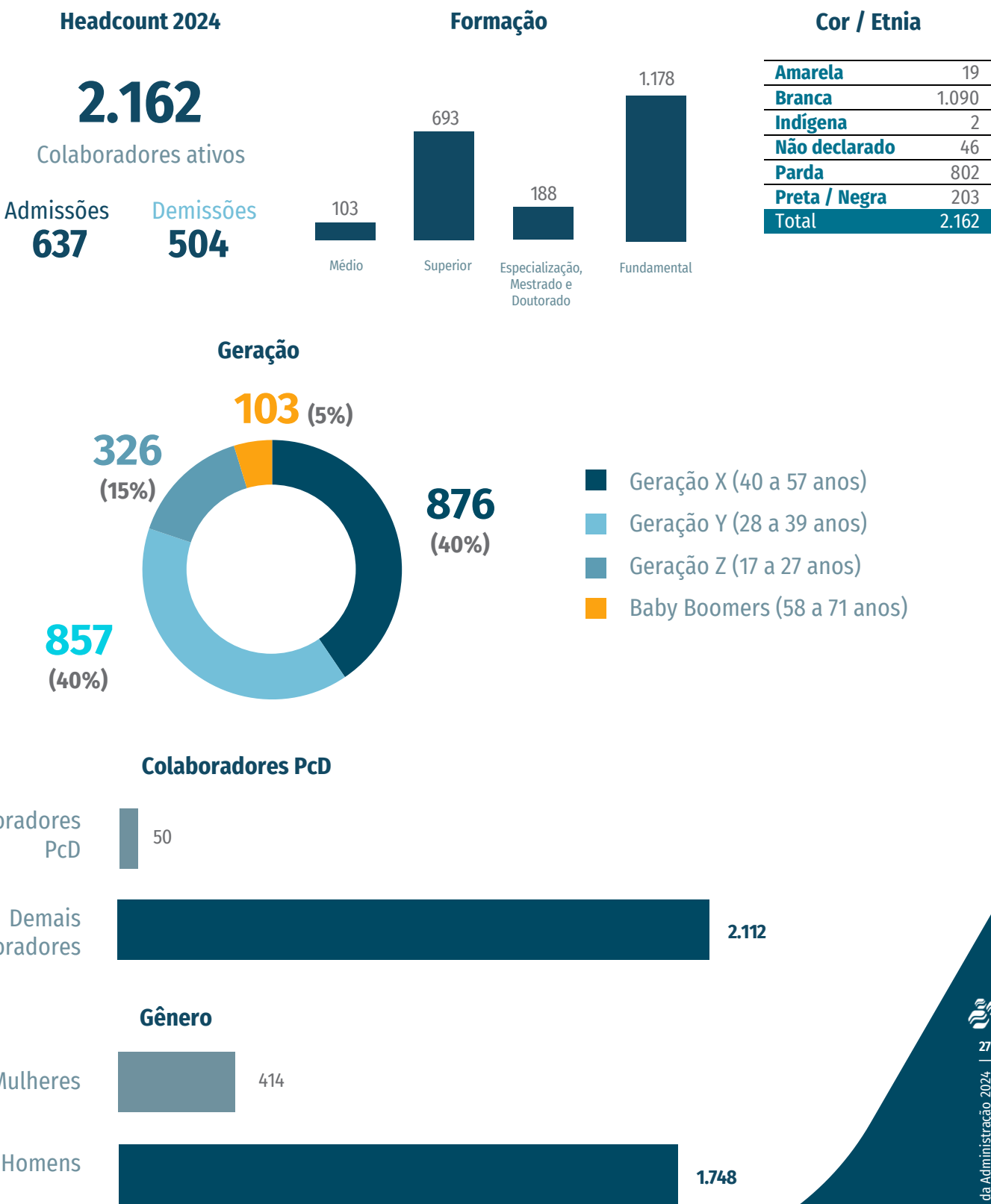
No ano de 2024, foram treinados cerca de 1.845 colaboradores. Como parte da estratégia de comunicação para disseminar o canal de denúncias e incentivar a comunicação de irregularidades, a Companhia incluiu a referência na página inicial do sítio eletrônico, fixou adesivos em embarcações e bases portuárias, bem como disponibiliza cards de indicação do Canal de Denúncia nas TVs das copas.



Recursos Humanos

Encerramos o ano de 2024 com 2.162 colaboradores ativos, um aumento de 13,2% em relação ao ano de 2023. Desse total de colaboradores ativos, 414 são mulheres (19,1%) e 1748 são homens (80,9%).

Perfil dos Nossos Colaboradores



Distribuição Geográfica dos Nossos Colaboradores

Região	Colaboradores
Sudeste	2.143
Rio de Janeiro	2.133
São Paulo	10
Nordeste	19
Maranhão	19
Total	2.162



Diversidade e Inclusão

A agenda de diversidade e inclusão (D&I) no ambiente corporativo é fundamental e imprescindível para mitigar os efeitos da desigualdade social. Assim, conforme recomendado em nosso Código de Ética e Conduta, devemos promover e desenvolver igualmente todos os colaboradores da empresa, independentemente de seu gênero, cor, raça, religião, idade, limitação e/ou deficiências físicas, orientações sexuais, nacionalidade, opinião política e afiliação sindical.

Portanto, para isso, buscamos priorizar, planejar e executar cada vez mais iniciativas. Assim, são indispensáveis de destacar algumas das ações realizadas em 2024, como:

- Programa de Impulsionamento à Liderança Feminina;
- Estratégia de seleção para maior inclusão de mulheres nas áreas corporativas: 10% das pessoas candidatas enviadas para as lideranças deveriam ser do sexo feminino;
- Estratégia de seleção para garantir que não haja nenhuma exclusão de pessoas candidatas considerando idade, instituição de ensino e local de moradia. Todos os perfis enviados deveriam ter essas informações ocultadas;
- Roda de conversa com foco em ações relacionadas à diversidade, equidade e inclusão (DEI) de pessoas com deficiência (PcD), com participação do Chen Cheng (Gerente de Operações Portuárias);
- Roda de conversa "Nada sobre nós, sem nós", em celebração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, que promoveu reflexões sobre inclusão, acessibilidade e os desafios enfrentados por pessoas com deficiência no ambiente corporativo;
- Cordão de crachá de inclusão para colaboradores PcDs, com o objetivo de tornar o ambiente de trabalho mais acolhedor e acessível, promovendo a visibilidade das deficiências;

Dentro dessa ótica, pudemos constatar avanços na inclusão de mulheres em cargos de liderança, saindo de uma taxa de 16% (90 mulheres líderes) para 17% (94 mulheres líderes), um aumento de 1%. Além disso, é importante ressaltar que, aproximadamente, 39% de nosso quadro administrativo é composto por mulheres, traduzindo a importância dada pela companhia à pauta.

Por fim, conforme exposto acima, em relação aos demais indicadores de diversidade e inclusão, seguimos retroalimentando dashboards para mapear e monitorar a composição do quadro de colaboradores por cor/raça, gerações e colaboradores PcD. Dessa forma, buscamos a adequação à conjuntura social nacional e o cumprimento do nosso Código de Ética e Conduta, fortalecendo continuamente a agenda de diversidade e inclusão.





Anexos

ANEXO I – Abertura dos Resultados por Segmento

Resultados por segmento (R\$ milhões, exceto %)	Embarcações			Serviços			Eliminações			Consolidado		
	2024	2023	% VAR	2024	2023	% VAR	2024	2023	% VAR	2024	2023	% VAR
Receita líquida	1.111	1.130	-2%	613	543	13%	(3)	(25)	-89%	1.721	1.649	4%
Custo dos serviços	(913)	(916)	0%	(349)	(381)	-8%	3	25	-89%	(1.259)	(1.273)	-1%
Lucro bruto	198	214	-8%	264	162	63%	-	-	NA	462	376	23%
Margem bruta	18%	19%	-1 pp	43%	30%	13 pp	0%	0%	0 pp	27%	23%	4 pp
SG&A	(116)	(108)	7%	(75)	(59)	26%	-	-	NA	(191)	(167)	14%
Outras operacionais	8	62	-88%	1	5	-86%	-	-	NA	8	67	-88%
EBIT	89	168	-47%	190	107	77%	-	-	NA	280	275	2%
Depreciação	226	206	9%	33	40	-18%	-	-	NA	259	247	5%
EBITDA	315	374	-16%	223	147	51%	-	-	NA	538	522	3%
Margem EBITDA	28%	33%	-5 pp	36%	27%	9 pp	0%	0%	0 pp	31%	32%	-1 pp
Ajustes de EBITDA	(8)	-	NA	-	(0)	NA	-	-	NA	(8)	(0)	NA
EBITDA ajustado	308	374	-18%	223	147	51%	-	-	NA	531	522	2%
Mg. EBITDA Ajustado	28%	33%	-5 pp	36%	27%	9 pp	0%	0%	0 pp	31%	32%	-1 pp





Relações
com Investidores

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

CNPJ/ME Nº
09.114.805/0001-30NIRE
333.0031011-8

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA
E COMPLIANCE INICIADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2025,
SUSPENSA E RETOMADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2025**

1. DATA, HORA E LOCAL DA REUNIÃO: Esta Reunião do Comitê de Auditoria e *Compliance* é realizada remotamente, com participação de seus membros por videoconferência, nos termos da Cláusula 4.10 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria e *Compliance* ("Regimento Interno" e "Comitê") da OceanPact Serviços Marítimos S.A. ("OceanPact" ou "Companhia"), tendo sido iniciada no dia 18 de fevereiro de 2025, às 09 horas, suspensa e retomada em 24 de fevereiro de 2025, às 16:00hs.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Reunião devidamente convocada, nos termos do Regimento Interno, registrada a presença da totalidade dos membros do Comitê. Presentes, também, a convite do Coordenador do Comitê, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. Eduardo de Toledo; integrantes da área financeira (Fabio Beildeck, Gerente Sênior de Controladoria; Jessica Toledano, Gerente de Controladoria; Alexandre, Analista de Controladoria; Jorge Soares e Ericka Gonçalves, Contadores) e a Sra. Vanessa Azevedo e o Sr. Diego Wailer, representantes da Deloitte Touche Tohmatsu, auditor independente da Companhia.

3. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Marcus Vinícius Dias Severini, que convidou o Sr. Thiago Borges Paes de Lima para secretariá-lo.

4. ORDEM DO DIA: (i) analisar e opinar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 ("DFs 2024") e (ii) discutir e deliberar sobre o Relatório Anual resumido de Atividades e Conclusões do Comitê, referente ao ano de 2024 ("Relatório Anual").

5. APRESENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO: Devidamente esclarecida a matéria da ordem do dia, o Sr. Marcus Vinícius Severini, concedeu a palavra ao Sr. Eduardo de Toledo ("EDT"), na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, que convidou convidou o Fabio Beildeck ("FB") que fez um resumo sobre as questões operacionais de destaque referentes ao ano de 2024.

Posteriormente foi passada a palavra para o Sr. Diego Wailer, sócio da

Auditoria Externa, que convidou a Sra. Vanessa Azevedo, que apresentaram o Plano de Trabalho atualmente seguido pela Deloitte Touche Tohmatsu, conforme material da apresentação que ficará arquivada na sede da Companhia e informaram que até o momento não foi identificado nenhum ponto de atenção que limite a emissão limpa do relatório de auditoria das DFs 2024. Após os demais esclarecimentos e discussões sobre a matéria constante da ordem do dia, os membros do Comitê de Auditoria e Compliance, resolveram:

5.1. Suspender a reunião até às 16 horas do dia 24 de fevereiro de 2025, quando será devidamente retomada, pois consideraram que os trabalhos para emissão do relatório de revisão das DFs 2024 ainda não estão totalmente concluídos, conforme fora esclarecido pelos membros da Auditoria Externa e a Diretoria Financeira da Companhia.

5.2. Retomada a Reunião, após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Financeira da Companhia, e tendo os representantes dos auditores externos disponibilizados o *draft* final do parecer sobre as DFs 2024 que será emitido, após aprovação pelo Conselho de Administração, sem ressalvas, os membros do Comitê, pela unanimidade, **(i)** opinam que as referidas demonstrações financeiras refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas e recomendam a manifestação favorável pelo Conselho de Administração da Companhia em relação aos referidos documentos, nos termos previstos no Anexo I à presente ata e **(ii)** aprovam o Relatório Anual resumido referente ao exercício social de 2024, a ser apresentado junto às DFs 2024, conforme disposto na alínea (p) do art. 3.1 do Regimento Interno do Comitê e no art. 22, §1º do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, nos termos do Anexo I à presente ata.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata. Nos termos do Regimento Interno do

Comitê de Auditoria e *Compliance*, consigna-se a participação da totalidade dos membros por meio eletrônico, que manifestaram sua concordância com os termos da presente ata. Membros do Comitê de Auditoria presentes: Ana Maria Siqueira Dantas, Luis Claudio Rapparini Soares e Marcus Vinícius Dias Severini (Coordenador).

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025.

Mesa:


Marcus Vinicius Dias Severini

Marcus Vinícius Dias Severini
Presidente


Thiago Borges Paes De Lima

8659
Thiago Borges Paes de Lima
Secretário

Membros do Comitê de Auditoria e Compliance:


Marcus Vinicius Dias Severini

Marcus Vinícius Dias Severini
Coordenador do Comitê de Auditoria e
Compliance


Ana Maria Siqueira Dantas

8807
Ana Maria Siqueira Dantas
Membro Independente do Comitê de
Auditoria e *Compliance*


Luis Rapparini

2163
Luis Claudio Rapparini Soares
Membro Independente do Comitê de
Auditoria e *Compliance*



Companhia aberta CNPJ 09.114.805/0001-30

ANEXO I

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA E COMPLIANCE

Composição do Comitê

Em conformidade com o seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria e Compliance da OceanPact ("Comitê") é atualmente composto por 3 (três) membros, todos independentes, sendo um membro externo (Sr. Marcus Vinícius Dias Severini) e dois membros independentes do Conselho Administração (Sra. Ana Maria Siqueira Dantas e Sr. Luis Claudio Rapparini Soares). Vale notar, ainda, que o Sr. Marcus Vinícius Dias Severini, Coordenador do Comitê, possui reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos do art. 22, V, 'b', do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado") e da Resolução CVM nº 23/21.

Os membros atuais do Comitê foram eleitos pelo Conselho de Administração em 13 de maio de 2024 para mandatos unificados que se estenderão até a primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária de 2026 que deliberará sobre as contas do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2025.

Atribuições do Comitê

O Comitê de Auditoria e Compliance da OceanPact é um órgão estatutário de caráter permanente de assessoramento ao Conselho de Administração, tendo como objetivo assessorar o Conselho de Administração na supervisão: (i) da integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) do cumprimento pela Companhia de requisitos legais e regulatórios atinentes ao escopo de sua atuação; (iii) das qualificações e independência do auditor independente; (iv) do desempenho das funções de auditoria interna da Companhia e dos auditores independentes; (v) da gestão de riscos; e (vi) do programa de compliance.

As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno bem como pelo disposto na legislação e regulamentação aplicáveis, inclusive no Regulamento do Novo Mercado e na Resolução CVM nº 23/21. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

Principais temas das reuniões do Comitê

Em continuidade aos trabalhos desenvolvidos no ano anterior, o Comitê se reuniu em 15 ocasiões e conduziu sua atuação no ano de 2024 de forma a permitir o monitoramento das ações, estrutura e planejamento das Áreas de Compliance, Riscos e Controles Internos, e de Auditoria Interna, bem como o acompanhamento do processo de elaboração e auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício e assuntos discutidos, cabe destacar os seguintes aspectos:

1 - Supervisão da qualidade e integridade dos relatórios financeiros e do desempenho, das qualificações e independência do auditor independente

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes é a empresa de auditoria independente responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto à sua conformidade em relação à posição patrimonial e financeira da Companhia, consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil e às normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

No âmbito da supervisão das atividades da auditoria independente e do monitoramento da qualidade e da integridade das informações trimestrais e demonstrações financeiras anuais da Companhia, destacamos as seguintes atividades realizadas:

- Acompanhamento do processo de elaboração e revisão prévia das informações trimestrais referentes aos três primeiros trimestres de 2024, das demonstrações financeiras anuais de 2024 e do Relatório Anual da Administração, com a realização de reuniões com a participação de integrantes das áreas financeira e de controladoria da Companhia e com os sócios sêniores dos auditores independentes (Deloitte Touche Tohmatsu).
- Realização de reuniões com a participação de integrantes das áreas financeira e de controladoria da Companhia para acompanhamento do cumprimento do orçamento e de covenants
- Participações nas discussões sobre temas técnicos com integrantes das áreas financeira e de controladoria da Companhia, bem como com os auditores independentes, para entender o processo de análise e as bases para a conclusão técnica.
- Realização de reuniões periódicas com integrantes das áreas financeira e de controladoria da Companhia, bem como com os auditores independentes, para analisar as políticas e práticas contábeis e financeiras críticas adotadas, além de verificar a evolução de eventuais sugestões de melhorias nos controles internos identificadas pelos auditores independentes em sua carta de Controles Internos.
- Realização de reuniões com integrantes das áreas financeira; de controladoria; e de compliance, riscos e controles internos, para analisar os critérios de avaliação e controles internos relacionados à preparação das estimativas e julgamentos relevantes utilizados pela Administração na elaboração das demonstrações financeiras.
- Acompanhamento da situação do auditor independente, com a obtenção de confirmações periódicas a respeito de sua independência em relação à Companhia e da ausência de qualquer limitação aos trabalhos por ele desenvolvidos.
- Revisão do plano anual e cronograma de trabalho do auditor independente.

2) Supervisão do cumprimento pela Companhia de requisitos legais e regulatórios atinentes ao escopo de sua atuação

No âmbito da supervisão do cumprimento, pela Companhia, de requisitos legais e regulatórios atinentes ao escopo de sua atuação, destacamos as seguintes atividades realizadas:

- Monitoramento e acompanhamento do fluxo estruturado de apuração e comunicação dos relatos do Canal de Denúncias.
- Acompanhamento do status dos relatos recebidos pelo Canal de Denúncias.
- Monitoramento das respostas da Companhia aos comentários dos órgãos reguladores do mercado mobiliário (CVM e B3).
- Monitoramento de eventuais contingências significativas (incluindo multas) relacionadas a descumprimentos contratuais e de leis ou regulamentos.

3) Supervisão da gestão de riscos

No âmbito da supervisão da gestão de riscos da Companhia, destacamos as seguintes atividades realizadas:

- Realização de reuniões com integrantes da Área de Compliance, Riscos e Controles Internos para acompanhamento e análise crítica da matriz de riscos da Cia.
- Monitoramento dos sistemas de riscos, due diligence e requisitos contratuais.
- Acompanhamento da gestão dos riscos envolvidos em potenciais operações societárias, em especial formação de Joint-Ventures.

4) Supervisão da área de Compliance

No âmbito da supervisão da área de Compliance da Companhia, destacamos as seguintes atividades realizadas:

- Acompanhamento e avaliação da possibilidade de aprimoramento das Políticas Internas e do Código de Ética e Conduta, bem como monitoramento do seu cumprimento e adesão dos Colaboradores aos termos e formulários contidos nas políticas.
- Monitoramento dos treinamentos realizados pela Área de Compliance, Riscos e Controles Internos e destinados aos demais colaboradores da Companhia.
- Monitoramento da adequação do Programa de Integridade da Companhia à luz do Decreto 11.129/22 (conhecida como Lei Anticorrupção).
- Monitoramento dos casos identificados a partir dos formulários exigidos pela Política de Conflito de Interesses e análise e recomendação de ações e melhorias nos processos.
- Discussão e monitoramento do plano de trabalho da auditoria interna de 2024/2023.
- Avaliação dos processos de auditoria interna executados.

Principais conclusões e recomendações do Comitê de Auditoria

(i) Avaliação dos relatórios e das demonstrações financeiras e da atuação dos auditores independentes:

- Considerado satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas.
- Não foram relatados ou identificados casos de conflitos relacionados às demonstrações financeiras.
- Sugestões de melhorias técnicas notadamente na clareza, objetividade e nível de transparência das informações nos relatórios foram substancialmente implementadas
- Não foram constatados óbices às informações ou quaisquer outras dificuldades ao trabalho do auditor independente.
- O Comitê não identificou nenhum evento ou situação que pudesse afetar a independência ou a objetividade dos auditores independentes.
- Com relação aos reportes de resultados trimestrais, o Comitê considera as informações prestadas pela Deloitte como satisfatórias e suficientes.

(ii) Avaliação de normas e políticas

O Comitê identificou e recomendou melhorias a serem implementadas na Política de Conflito de Interesses da Companhia.

(iii) Supervisão do gerenciamento de riscos e controles internos

O ambiente de controles internos mostrou significativa evolução, tendo o Comitê recomendado a continuidade do foco no mapeamento dos processos corporativos críticos e na automação dos processos.

O Comitê avaliou os estudos de riscos apresentados pela área de Compliance e Controles Internos, sugerindo novos riscos a serem acompanhados.

Recomendação referente às Demonstrações Financeiras de 2024

"Os membros do Comitê de Auditoria e Compliance da OceanPact Serviços Marítimos S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades, conforme previsto no Regimento Interno do próprio Comitê, realizaram exames e análises do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e, após as discussões e esclarecimentos prestados pela Diretoria Financeira da Companhia e pelos representantes dos auditores independentes, e diante da confirmação de que o relatório dos auditores independentes será emitido sem ressalvas, opinam, por unanimidade, que as referidas demonstrações financeiras refletem adequadamente, em todos

os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas e recomendam a manifestação favorável pelo Conselho de Administração da Companhia em relação aos referidos documentos.”

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025.



Marcus Vinicius Dias Severini

Marcus Vinicius Dias Severini

Coordenador, Membro Independente e com reconhecida experiência em Contabilidade Societária do Comitê de Auditoria e Compliance da OceanPact Serviços Marítimos S.A.



Luis Rapparini

2163

Luis Claudio Rapparini Soares

Membro Independente do Comitê de Auditoria e Compliance da OceanPact Serviços Marítimos S.A.



Ana Maria Siqueira Dantas

8807

Ana Maria Siqueira Dantas

Membro Independente do Comitê de Auditoria e Compliance da OceanPact Serviços Marítimos S.A.

OCP_RCOAUD 18 24.02.2025_consolidado.docx

Validate the authenticity of the document by scanning the QR Code on the side or access the [authenticity checker](#) and insert the code: 329C9-ED329-7A437



Signature request initiated by: THIAGO P. in 02/24/2025

Signatures



Thiago Borges Paes de Lima
Electronically Signed


Thiago Borges Paes De Lima
8659


TL
8659

Signed in: 02/24/2025 16:19 PM | E-mail: thi*****@oc***** | IP Address: 200.142.100.210 |
Two factor authentication: SMS | Device/App: Chrome 133.0.0.0, Windows 10 | Mobile: *****9732



Marcus Vinicius Dias Severini
Electronically Signed


Marcus Vinicius Dias Severini
8808


MS
8808

Signed in: 02/24/2025 16:33 PM | E-mail: mar*****@gm***** | IP Address: 249.149.167.208 |
Two factor authentication: SMS | Device/App: Atlas App (3.0.92) | Mobile: *****8808



Ana Maria Siqueira Dantas
Electronically Signed

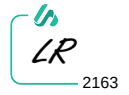

Ana Maria Siqueira Dantas
8807


AD
8807

Signed in: 02/24/2025 16:34 PM | E-mail: ana*****@gm***** | IP Address: 252.57.194.93 | Two
factor authentication: SMS | Device/App: Chrome 133.0.0.0, Windows 10 | Mobile: *****2244



Luis Rapparini
Electronically Signed



Signed in: 02/24/2025 19:58 PM | E-mail: lui*****@gm***** | IP Address: 131.108.166.219 | Two
factor authentication: SMS | Device/App: Atlas App (3.0.91), iOS | Mobile: *****9295

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nos termos dos incisos V do §1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, e do art. 34, d, do Estatuto Social da Companhia, declaramos, na qualidade de diretores da Oceanpact Serviços Marítimos S.A, que revisamos, discutimos a respeito e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2025

Flavio Nogueira Pinheiro de Andrade

Diretor Presidente

Eduardo de Toledo

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da Oceanpact Serviços Marítimos S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua da Glória, nº 122, salas 801 e 802 10º pavimento, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.114.805/0001-30, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos e para fins do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2025

Flavio Nogueira Pinheiro de Andrade

Diretor Presidente

Eduardo de Toledo

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores